



Jorge Werthein (E), ex-diretor da Unesco, participa da sessão ao lado de José Jorge, Renan Calheiros, Aloizio Mercadante e representantes do DF e do governo federal

Manifesto pela educação recebe apoio dos 81 senadores

A sessão em homenagem aos dias da Criança e do Professor marcou o lançamento do Manifesto dos Senadores pela Educação. Iniciativa de Aloizio Mercadante, com apoio de todos os 81 senadores, o documento adverte que o país já gasta mais com segurança do que com educação.

PÁGINA 8

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.244/53 – Brasília, 17 a 23 de outubro de 2005 EDIÇÃO SEMANAL

Senadores devem chamar ministro para tratar da febre aftosa

PÁGINA 12

Referendo sobre comércio de armas tem semana decisiva

PÁGINA 11

Comissão inicia debate sobre Orçamento 2006

A Comissão Mista de Orçamento começa a discutir nesta terça-feira o parecer preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, já apresentado pelo deputado Carlito Merss. Ele espera que a revisão da receita acrescente R\$ 11 bilhões ao Orçamento.

PÁGINA 10

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

Empresas de auditoria externa devem auxiliar a CPI dos Correios a partir desta terça-feira; mais técnicos do TCU se unem ao trabalho de analisar documentos

Com mais apoio externo, CPIs apertam o cerco à corrupção

Em atividade há menos de três meses, as CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos já apresentam resultados. Apesar da complexidade das investigações, as comissões já produziram diversas conseqüências políticas, como o afastamento

de ministros e outros servidores públicos, renúncias e processos contra deputados. Os depoimentos recomeçam nesta terça-feira, quando o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, deve falar sobre a renovação do contrato com a Gtech.

PÁGINAS 3 A 7

CAMILA LEÃO



Em Pernambuco, usuários divulgam serviço especial de transporte: facilidade de acesso

Esta semana é pela inclusão da pessoa com deficiência

PÁGINA 9

cidadania

Preconceitos dificultam a inclusão

Leia nesta edição orientações básicas para facilitar a vida das pessoas com deficiência.

PÁGINA 16

Heráclito quer alternativa para produtor de fumo

Relator na Comissão de Agricultura do projeto relativo à Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, o senador Heráclito Fortes deve apresentar seu relatório nesta terça-feira.

PÁGINA 11

agendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagenda

Plenário pode votar gestão de florestas

A pauta de deliberações do Senado continua trancada por duas medidas provisórias: a MP 253/05, conhecida como MP do Desarmamento, que prorroga até 23 de outubro o prazo da Campanha Nacional do Desarmamento, e a MP 254/05, que revoga a MP 249/05, relativa à criação da loteria Timemania.

Mas a proposição que promete gerar polêmica em Plenário é o projeto de lei (PLC 62/05) que regulamenta a gestão de florestas públicas. Após ser aprovado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle (CMA), o projeto foi intensamente debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde sofreu dois adiamentos de votação e foi alvo de várias mudanças propostas pelo relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A falta de consenso em torno da matéria levou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a defender no Senado a aprovação do projeto sem modificações, admitindo, entretanto, a hipótese de as alterações sugeridas por Mozarildo serem, posteriormente, acolhidas por lei específica.

Pontos polêmicos devem ser objeto de nova lei

A CCJ acabou por aprovar parecer de José Agripino (PFL-RN) pela manutenção do texto original. Jefferson Péres (PDT-AM), por sua vez, deverá apresentar projeto de lei específica regulamentando pontos polêmicos.

O item mais criticado é o que permite a exploração privada de florestas públicas, por até 40 anos, por meio de concessão. Vários senadores temem a "internacionalização da Amazônia", apesar de o projeto restringir as concessões a empresas com sede e administração no país.

Senadores vão ter 30 dias para sugerir medidas antiburocráticas

Em solenidade nesta terça-feira, às 15h, será criado o Grupo de Desburocratização e Simplificação, para estudar formas de reduzir e simplificar a legislação para abertura e fechamento de empresas, sugerir mudanças no sistema tributário e propor um cadastro único

para pessoas jurídicas e um estatuto de desburocratização. Por sugestão do presidente do Senado, Renan Calheiros, integrarão o grupo os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Ramez Tebet (PMDB-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Renan proporá percentual mínimo de recursos para segurança pública

Renan Calheiros (PMDB-AL) vai apresentar proposta de emenda à Constituição que determina a aplicação, pelos entes federativos, de um percentual mínimo das receitas de impostos, por cinco anos, em segurança pública.

"O agravamento da criminali-

dade e da violência se deve muito mais à atual concepção de segurança pública e à dimensão da crise social enfrentada pelo país", argumenta o senador.

Ele aponta ainda a urgência de destinar mais recursos para modernizar os órgãos de segurança.

Comissões

TERÇA-FEIRA

9h30 – EDUCAÇÃO

Pesquisa universitária – Audiência para discutir projeto que cria a Fundação de Pesquisa Universitária, mantida pelas faculdades privadas. O debate conta com a presença do ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, e de representantes das instituições de ensino superior particulares.

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Empréstimos – Tramitam pedidos de autorização para que o Brasil realize dois empréstimos internacionais.

9h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Auditorias e contabilidade – Além de avisos sobre auditorias do Tribunal de Contas da União, a comissão analisa a demonstração contábil do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste.

10h – CPI DO MENSALÃO

Reunião administrativa e Citigroup – Os parlamentares definem agenda. Depois, a CPI ouve o presidente do Citibank, Gustavo Marin, e o procurador do Citigroup, Sérgio Spinelli Silva Júnior.

11h – CPI DOS BINGOS

Caixa e Gtech – Depoimentos dos ex-presidentes da Caixa Danilo de Castro e Sérgio Cutolo, e do atual presidente, Jorge Mattoso.

14h – CPI DOS CORREIOS

Sub-Relatoria de Contratos – Depoimento dos presidentes da Novadata e da Positivo, empresas de informática que

prestaram serviços aos Correios, e de Fernando Godoy, ligado ao ex-diretor de Administração dos Correios Antônio Osório e ao PTB.

Sub-Relatoria do IRB – Ouve os ex-funcionários do IRB Wagner da Costa Moura e William da Costa Moura.

Sub-Relatoria de Fontes Financeiras – Ouve o doleiro Alberto Youssef.

14h30 – MISTA DE ORÇAMENTO

Créditos – Estão na pauta da reunião vários projetos que liberam verbas do Orçamento para a administração pública.



QUARTA-FEIRA

10h – CPI DOS CORREIOS

Receita e PF – Reunião reservada com membros da Receita Federal e da Polícia Federal que ajudam nas investigações.

10h – EDUCAÇÃO

Alcool – Em pauta, projetos que incluem advertências nas embalagens de bebidas alcoólicas e que limitam a propaganda desses produtos. Participam representantes dos fabricantes de bebidas e do meio publicitário.

10h30 – SUBCOMISSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acessibilidade – Eduardo Azevedo (PSDB-MG), Flávio Arns (PT-PR) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) discutem propostas de acessibilidade.



11h30 – CPI DO MENSALÃO

Reeleição – Ouve o deputado Ronivon Santiago (PP-AC), que responde a processos no STF por

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa com pauta trancada

Desarmamento - O primeiro item da pauta é o projeto (PLV 24/05) originado da MP 253/05, que amplia até 23 de outubro o prazo para a entrega voluntária de armas.

Clubes de futebol - A segunda medida provisória (254/05) revoga a MP 249/05, que criou a Timemania.

Gestão de florestas - Pode ser votado o novo modelo de gestão de florestas públicas (PLC 62/05). O texto, que tramita em regime de urgência, regulamenta a exploração florestal e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

envolvimento em compra de votos para a aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição, em 1997.

12h – CPI DOS BINGOS

Máfia do apito – Ouve o empresário de jogos Nagib Fayad, envolvido na compra de jogos do Campeonato Brasileiro.

14h – SUBCOMISSÃO DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA

Bamerindus – Discute a liquidação do banco com o seu ex-presidente José Eduardo de Andrade Vieira e com o liquidante do banco, Sérgio Prates.

14h – CPI DOS CORREIOS

Sub-Relatoria de Contratos – Ouve o ex-tesoureiro do PSDB, que atuou na campanha ao governo mineiro em 1998, Cláudio Mourão e o ex-diretor da ECT Carlos Fioravanti.

Plenário

(FNDF) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). **Autor:** Presidência da República.

Cargos públicos - Também em regime de urgência, projeto que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do TSE e dos TREs (PLC 55/05). **Autor:** Presidência da República.

QUARTA/QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - A pauta depende das votações anteriores. Se for liberada, podem ser discutidos os seguintes itens:

Servidores - Votação, em segundo turno, da PEC 87/03, que trata da carreira dos servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia. **Autora:** senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Municípios - O substitutivo

QUINTA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Aposentadoria rural – Analisa projeto que muda regras de concessão da aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais (PLS 154/02). **Autor:** senador Alvaro Dias (PSDB-PR). **Relator:** senador Demostenes Torres (PFL-GO).



10h – CPI DOS CORREIOS

Reunião administrativa – Requerimentos e agenda.

10h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Sudene – Na pauta, projeto (PLC 59/04) que recria a instituição. **Autor:** Presidência da República. **Relator:** senador Antonio

à PEC 12/04, que exclui os municípios criados até o fim de 2000 da aplicação da Emenda Constitucional 15 - que limita a criação de novos municípios. **Autor:** senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Meteorologia - Pode ser votada ainda a PEC 12/03, que define a competência da União no Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Autor:** senador Osmar Dias (PDT-PR). **Relatora:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Segurança - Projeto que garante a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação e regiões de fronteira do país (PLS 162/04) também pode ser votado. **Autor:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

Carlos Magalhães (PFL-BA).

11h30 – CPI DO MENSALÃO

"Valerioduto" – Ouve o ex-assessor do ministro da Cultura Roberto Costa Pinho, beneficiário das contas de Marcos Valério no Banco Rural.

11h – CPI DOS BINGOS

Caixa dois – Ouve o ex-secretário do PT Sílvio Pereira sobre o caixa dois do PT.

14h – CPI DOS CORREIOS

Sub-Relatoria de Contratos – Ouve o ex-presidente dos Correios Hassan Gebrim e o representante da construtora Espaço Aberto, Paulo Almeida.

Sub-Relatoria do IRB – Toma depoimentos de Alessandro Luiz, representante de seguradora baiana, e do ex-gerente de sinistros do IRB Juan Domingues.

CRISE POLÍTICA Empresas de auditoria e mais técnicos do TCU reforçam trabalho das comissões de inquérito

CPIs ganham mais apoio técnico



Empresas de auditoria externa – Ernst & Young e um consórcio da Villas Rodil com a Moore Stephens – devem auxiliar a CPI dos Correios a partir desta terça-feira. E mais técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) se unem ao trabalho de analisar documentos em poder das CPIs dos Correios e do Mensalão.

O **Jornal do Senado** mostra nesta edição o esforço das equipes das CPIs para esmiuçar os documentos em seu poder. Um novo *software* adquirido pelo Senado fará o cruzamento de dados e pode ajudar as comis-

sões a concluir seus trabalhos dentro dos prazos previstos (veja páginas 4 e 5). O relator da CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel, disse que a comissão deve chegar a um resultado antes do prazo final, que é 16 de novembro.

Nesta semana, a CPI dos Correios tem reunião reservada com técnicos da Receita e da Polícia Federal para detalhar o andamento das investigações. E toma o depoimento de Cláudio Mourão, tesoureiro da campanha do PSDB de Minas Gerais em 1998 (veja abaixo). Entre os depoentes da CPI do Mensalão está Gustavo Marin, presidente do Citibank. A CPI decidirá a data do depoimento do tucano Ricardo Sérgio, para falar sobre as privatizações



Delcídio (D) acertou com presidente do TCU, Adylson Motta (E), parceria para analisar documentos

no governo passado.

Já a CPI dos Bingos ouvirá o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, sobre o contrato com a Gtech, e o empre-

sário Nagib Fayad, da "máfia do apito" (veja abaixo). E aguarda as investigações sobre a morte do médico-legista Carlos Delmonte Printes. Ele não acreditava na

hipótese de crime comum para o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, e falaria à CPI dos Bingos (veja na página 6).

Agenda dos Correios e do Mensalão

Sub-Relatoria de Contratos - 14h

Hassan Gebrim - Presidente da ECT no governo FHC. Foi acusado por Maurício Marinho de ter concentrado a licitação dos maiores contratos na presidência.

Paulo Nei Almeida - Representante da construtora Espaço Aberto. O Tribunal de Contas da União determinou que a empresa devolva aos Correios mais de R\$ 4 milhões, em função de reajustes concedidos à construtora indevidamente.

Sub-Relatoria do IRB - 14h

Alessandro Luiz - Representante da companhia de seguros Aliança Bahia. A empresa teria sido pressionada por membros do IRB a pagar R\$ 15 milhões de um sinistro indevido à Companhia de Fiação e Tecidos Guaratinguetá.

Juan Domingues - Ex-gerente de sinistro do IRB.

Depoimentos na CPI do Mensalão

TERÇA-FEIRA

10h - Reunião administrativa para marcar depoimentos já aprovados, como o do ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, envolvido nas privatizações do governo FHC, e do ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto, devido a declarações de seu chefe de gabinete, José Luiz Alves, que, ao depor à CPI, revelou ter recebido R\$ 200 mil do esquema de Marcos Valério para pagamento de dívidas de campanha de Adauto.

11h30 - Presidente do Citibank, **Gustavo Marin**. Deve ser ouvido também o procurador do Citigroup **Sérgio Spinelli Silva Júnior**.

QUARTA-FEIRA

11h30 - Deputado **Ronivon Santiago**, que renunciou a um mandato anterior, em 1997, após ter sido acusado de vender seu voto para a aprovação da emenda da reeleição de FHC.

QUINTA-FEIRA

11h30 - **Roberto Costa Pinho**, ex-assessor do ministro Gilberto Gil, é citado na lista de Marcos Valério como autor de saques no valor de R\$ 450 mil.

Depoimentos na CPI dos Correios

TERÇA-FEIRA

Sub-Relatoria de Contratos - 14h

Hélio Rotemberg - Presidente da Positivo Informática, empresa que presta serviços aos Correios.
Mauro Dutra - Dono da Novadata. Segundo denúncias publicadas, teria relações com o PT.
Fernando Godoy - Ligado ao ex-diretor de Administração dos Correios Antônio Osório.

Sub-Relatoria do IRB - 14h

Vagner da Costa Moura e William da Costa Moura - Ex-funcionários do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). A CPI investiga se a estatal tomou suas decisões para favorecer empresas ligadas aos partidos com assento no órgão.

Sub-Relatoria de Fontes Financeiras - 14h

Alberto Youssef - Operador do mercado financeiro, acusado de movimentar recursos ilegais no exterior. Segundo denúncias do doleiro Toninho da Barcelona, Youssef apresentou o deputado José Janene (PP-PR) à Bônus-Banval, corretora responsável pela transferência de recursos do "valerioduto" para o PP.

QUARTA-FEIRA

10h - Receita e Polícia Federal - Em reunião reservada, os técnicos dos dois órgãos vão detalhar o andamento das investigações realizadas pelas instituições, com destaque para o dinheiro do "valerioduto" movimentado fora do país por meio de doleiros. Vai tratar ainda dos dados sobre a movimentação no exterior do publicitário Duda Mendonça e da resistência do governo norte-americano em repassar informações à CPI.

Sub-Relatoria de Contratos - 14h

Cláudio Mourão - Tesoureiro da campanha do PSDB ao governo de Minas Gerais em 1998, que também contou com ajuda de empréstimos tomados por Marcos Valério no Banco Rural.

Carlos Fioravanti - Ex-diretor dos Correios. Suspeito de ter favorecido a contratação de uma empresa durante o governo Fernando Henrique.

QUINTA-FEIRA

10h - Reunião administrativa

Presidente da Caixa presta depoimento à CPI dos Bingos

Depois da superacareação, o depoimento do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, à CPI dos Bingos nesta terça-feira é considerado essencial para fechar o quebra-cabeça dos envolvidos na renovação do contrato da Caixa com a multinacional Gtech em 2003.

No valor de R\$ 650 milhões, o contrato teria sido alvo de negociações entre lobistas e a Gtech, que desde 1997 opera e processa as loterias federais no país, sem que houvesse sido realizada qualquer licitação no período.

Análise do Tribunal de Contas da União aponta prejuízos de R\$ 433 milhões à Caixa durante esses oito anos de prestação de serviços. Também irão depor os ex-presidentes da Caixa Danilo de Castro e Sérgio Cutolo.

Em depoimento à CPI, ex-dirigentes da Caixa divergiram com relação à necessidade ou não de ter sido realizada a renovação do contrato com a Gtech.

O ex-presidente Valderi Albuquerque disse que não concordava com o modelo de aprisionamento que a Caixa vive em relação à multinacional.

Ele afirmou que no final do ano 2002 tentou dar início à internalização do processamento das loterias. "Nós tentamos

fazer licitações, pregões, mas tudo foi embargado pela Justiça a favor da Gtech, que queria fornecer o serviço completo, não aceitava o fatiamento", expôs Albuquerque.

Senadores irão ouvir empresário de jogos

Na quarta-feira, será a vez do empresário Nagib Fayad, que teria encomendado resultados de jogos do Campeonato Brasileiro para lucrar em sites clandestinos de apostas na Internet. Em depoimento à Polícia Federal, ele assumiu ser viciado em jogos de azar.

Nagib Fayad reconheceu que pagou ao árbitro Edilson Pereira de Carvalho para manipular jogos, mas disse que não obteve os resultados esperados.

Os membros da CPI dos Bingos recusaram o requerimento de convocação do árbitro, por considerarem que ele é réu confesso e que o caso estaria sendo bem investigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Por último, na quinta-feira, será ouvido o ex-secretário nacional do PT Sílvio Pereira.

Em entrevista, ele sugeriu que a antiga Executiva do PT teria conhecimento da prática de caixa dois pelo partido.



Presidente da Caixa, Jorge Mattoso pode esclarecer sobre a renovação do contrato da instituição com a Gtech

CRISE POLÍTICA Muita coisa já foi descoberta, como as contas de Valério e Duda e esquema de desvio de recursos

Investigações já mostram resultados



Ao contrário do que aconteceu na CPI do Banestado, as presidências e relatorias das CPIs dos Correios e do Mensalão dão mostras de trabalhar afinadas. Um dos fatores de conflito na CPI do Banestado foi o fato de o presidente, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), dispor de uma equipe que trabalhava paralelamente à do relator, deputado José Mentor (PT-SP). Como resultado, nenhum dos dois relatórios foi aprovado e a CPI, mesmo depois de colocar um grande número de informações à disposição dos parlamentares, não apresentou relatório final.

– Essa é minha primeira CPI. Mas, pelo histórico, me parece que houve uma condução dos trabalhos de forma diferenciada em relação ao que ocorreu na CPI do Banestado – disse o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR),

relator da CPI dos Correios. “No nosso caso, há uma comunhão de interesses, não apenas entre mim e o presidente, mas também com os demais integrantes da comissão.”

Afastamento de ministros e renúncias

A primeira das CPIs está funcionando há quatro meses. Nesse tempo, muita coisa já foi descoberta, como as contas de Marcos Valério e de Duda Mendonça e a participação da Bônus-Banval e da Guaranhuns em um esquema de desvio de recursos para o exterior, entre tantos outros indícios de irregularidades.

A quantidade de investigações necessárias a partir daí é muito grande. Mas pode-se dizer que as CPIs já produziram diversos resultados políticos, como o afastamento de ministros e outros servidores públicos, renúncias e processos contra deputados. No que diz respeito a partidos e políticos, foram encontradas

provas e confissões de prática de caixa dois. Quem tem que punir agora é a Justiça Eleitoral e a Justiça Comum. O Congresso deverá reformar as instituições, fechando as possibilidades de que isso volte a acontecer.

– O trabalho de sistematização das informações realizado pela equipe da CPI dos Correios é digno de elogio e foi feito em pouco tempo. O pessoal das auditorias privadas ficou surpreso – disse Weder de Oliveira, consultor de orçamento do Senado que atualmente assessoria o presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Para fazer a análise dos dados, o Senado designou cinco membros de seu quadro de consultores para cada uma das três CPIs (Correios, Bingos e Mensalão). De fora do Senado, já passaram pelas CPIs dos Correios e do Mensalão funcionários do Banco Rural, do Banco do Brasil, do TCU, da Receita Federal, do Banco Central e da Polícia Federal.



Auxílio da Polícia Federal: Delcídio (E), ao lado de Serraglio, cumprimenta delegado Luiz Zampronha

Equipe atua de domingo a domingo

O número de investigações simultâneas no Congresso pegou a equipe da Subsecretaria de Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito de surpresa. Com um quadro de pessoal enxuto, foi necessário fazer adequações, o que significou aumentar o número de horas trabalhadas.

Cada secretário de comissão atua, oficialmente, em uma ou mais CPIs. José Augusto Panisset cuida da CPI dos Bingos; Verônica Paes, da CPI do Mensalão; o diretor da subsecretaria, Wanderley Rabelo, da CPI dos Correios, por exemplo. Mas, na prática, todas as equipes se ajudam. Por isso, até o diretor teve que

assumir a secretaria da CPI dos Correios.

– Quando saímos daqui à meia-noite ficamos felizes – afirmou um dia Verônica a Wanderley. Ele tem trabalhado de domingo a domingo, mesmo depois de um acidente no local de trabalho que levou à ruptura dos ligamentos do pé esquerdo. O médico pediu que ele ficasse cinco dias em casa e, depois, outros 20 sem encostar o pé no chão – não foi possível.

Drama semelhante aconteceu com a secretária da CPI do Mensalão. Depois do casamento no civil, Verônica não teve dúvida: voltou para o Senado. Quando se casou no religioso, Verônica

perguntou a Wanderley se ele estava preocupado com sua falta durante a lua-de-mel. “Minha preocupação é que você vá embora e seja feliz!”, respondeu o diretor. Verônica se casou, mas comenta-se na secretaria que até mesmo namoros ficaram comprometidos por causa das investigações.

Esposas e maridos dos servidores reclamam da falta dos parceiros em casa. O servidor José Augusto Panisset teve um desmaio no trabalho. Encaminhado ao serviço médico, foi diagnosticado com estresse e proibido de voltar ao trabalho. No dia seguinte, lá estava ele.

Investigações de crimes ganham agilidade

As investigações de crimes – e a conseqüente punição de culpados –, quando auxiliadas por comissões parlamentares de inquérito, tendem a ser mais céleres. A opinião é compartilhada pelo delegado da Polícia Federal (PF) Rômulo Berredo, que trabalhou nas CPIs da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, da Terra e dos Correios, e pelo consultor de orçamento Weder Oliveira,

que assessoria o presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO). Segundo eles, a cobrança da população com relação a resultados é muito grande, mas o trabalho seria mais demorado sem as CPIs.

– As CPIs têm uma série de facilidades de quebra de sigilos, convocação de testemunhas e acesso a informações que a Polícia Federal não tem. A cola-

boração é de mão dupla e evita que o mesmo trabalho seja feito duas vezes. Essa simbiose é muito importante – afirma Berredo, atualmente em exercício na Coordenação Geral de Defesa das Instituições da PF.

Como exemplo, ele cita a CPI do Banestado que se originou a partir de dados de investigações realizadas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal

Procedimentos afastam possibilidade de vazamento

A exigência da promotoria distrital de Nova York de manutenção do sigilo das informações entregues às autoridades brasileiras pode ser atendida pela CPI dos Correios. O relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC), já pediu que a CPI tenha acesso à documentação. Agora, o requerimento precisa ser aprovado no plenário da comissão antes de passar pelo crivo do Supremo Tribunal Federal, que, por exigência das autoridades norte-americanas, tem a tutela dos dados.

Apesar de acusações de que CPIs não mantiveram o sigilo necessário no passado, as investigações sobre vazamento de informações até hoje não chegaram a conclusões.

No contexto das atuais CPIs, a preocupação com o tema é grande. Para resguardar a integridade dos dados coletados pela CPI dos Correios, por exemplo, seus integrantes elegeram um sub-relator de Sistematização – o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) –, que tem, entre suas principais atribuições, zelar pelo sigilo dos dados.

A sistemática para evitar vazamentos é simples e tem condições de ser obedecida. Funciona assim: os documentos chegam do órgão ou empresa de origem sob custódia de uma pessoa responsável. Recebidos na CPI, uma equipe de digitadores e auxiliares de informática oriundos de um contrato do Prodasen (Secretaria Especial de Informática do Senado Federal) faz

o arquivamento e catalogação dos documentos que chegam. Quatro estagiários ajudam no trabalho. O material é então acondicionado em caixas que são guardadas numa sala-cofre. “Somente após essa catalogação é que os parlamentares e a equipe da CPI têm acesso aos documentos”, diz Wanderley Rabelo, diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito.

Um vazamento representaria grande desgaste para a equipe

que trabalha nas CPIs. Todos têm grande responsabilidade na guarda dos documentos, o que contribui para que tudo transcorra de maneira correta. “A rigidez no cumprimento das regras não pode ser dispensada nunca”, afirma Wanderley.

Guarda de papéis deve obedecer às restrições

Os parlamentares também demonstram preocupação com o sigilo das informações. Eles costumam colaborar e, mesmo ansiosos para ver os documentos, entendem que a guarda dos papéis precisa obedecer às restrições. “É preciso aprimorar os mecanismos de controle de vazamento de informações”, diz o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de Fontes Financeiras da CPI dos Correios. “Mas não podemos impedir que os parlamentares acessem as informações. A responsabilidade é de cada um”.



Amir Lando preside a comissão que investiga a denúncia de compra de votos, também conhecida como CPI do Mensalão

na região de Foz do Iguaçu em meados da década de 90. Mais tarde, em 2003, o trabalho da CPI, ainda que inconcluso, trouxe novas informações que deram origem à Operação Farol da Colina, levando diversos do-

leiros à cadeia, incluindo Najun Turner e Toninho da Barcelona. Berredo informou ainda que, há poucas semanas, cerca de 5 mil investigações derivadas do caso Banestado foram remetidas para as superintendências da PF.

CRISE POLÍTICA Com assessoria técnica e uso da informática, comissões de inquérito estão mais complexas

Trabalho cuidadoso na CPI dos Bingos



Com o foco na discussão sobre a importância de se legalizar ou não os jogos no país, a CPI dos Bingos aprofunda as investigações sobre a ligação dos jogos com atos de corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e até financiamento ilegal de campanhas. O ponto de partida – o contrato de R\$ 650 milhões firmado entre Gtech e Caixa Econômica Federal, em 2003, para prestação de serviço por 25 meses sem licitação – estaria ligado a corrupção passiva e ativa, envolvendo lobistas e o setor público.

– No caso da Gtech, ficou claro que houve pagamento de propina. Todo o esquema teve grande impacto na opinião pública após a acareação dos três lobistas *top*, Waldomiro Diniz, Rogério Buratti e Enrico Gianelli, e dois empresários de jogos, Marcelo Rovai e Carlos Ramos, especializados em fazer *lobby* para conseguir vantagens com a administração pública – analisa o consultor da Câmara Leonardo Rolim, que coordena a equipe de assessoria do relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Rolim lembra que as investigações também apontam para a fragilidade das loterias estaduais, sempre submetidas a esquemas que não privilegiam o estado. "Identificamos ainda que a lavagem de dinheiro pelas casas de jogos geralmente está relacionada a outros crimes, até mesmo o tráfico de drogas", disse.

Muita análise e diversas frentes de investigação

Apesar de toda a análise documental e testemunhal feita pela comissão, alguns procedimentos, como o envio de dinheiro ilícito



Rotina da comissão de inquérito inclui a análise de inúmeros documentos que chegam em caixas ou por meio magnético

para o exterior, são de difícil comprovação, principalmente em curto prazo. O trabalho é ainda mais difícil quando os casos se ramificam em diversas frentes. Somente a CPI dos Bingos tem investigações direcionadas em Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Santo André, Campinas e até nos Estados Unidos e nas Ilhas Cayman.

Com uma equipe de 21 pessoas, entre analistas do Banco Central e do Tribunal de Contas da União, e consultores do Senado e da Câmara, a CPI tem em mãos numerosos documentos que abrem os sigilos bancário, fiscal e telefônico de dezenas de pessoas.

A análise dos dados é, em boa parte, orientada pelos próprios depoimentos dos investigados e testemunhas na CPI. A partir do que dizem os depoentes e do que foi levantado pela imprensa,

as equipes estabelecem diretrizes para verificar as informações enviadas por bancos, órgãos públicos e empresas telefônicas. O cruzamento de telefonemas dos envolvidos nos casos analisados pela CPI dos Bingos ainda é feito de maneira básica, segundo Leonardo Rolim.

– Pela relação previsível dos depoentes, fazemos os cruzamentos dos dados para encontrarmos ligações de uma pessoa para outra, em determinado período – afirma. Mas, segundo ele, a aquisição de um novo *software* pelo Senado, o I2, possibilitará o cruzamento automático dos dados, com a apresentação de gráficos que tornarão mais visíveis as relações entre os investigados.

Já o Geographic Information System (GIS) permitirá identificar a exata localização dos que trocaram ligações telefônicas.

Tecnologia e novas leis mudaram as investigações

Numa comparação com as investigações realizadas pelo Congresso na década passada – como as CPIs do PC Farias e do Orçamento –, as novidades e facilidades tecnológicas ampliaram os horizontes das investigações, mas, ao mesmo tempo, aumentaram a complexidade e a quantidade de informação a ser analisada.

Uma das maiores inovações desde então foi o uso de telefone celular. O aparelho amplia a necessidade de quebras de sigilos, complicando e, ao mesmo tempo, tornando a investigação mais completa.

Mas traz ainda outras implicações: as funções de câmera fotográfica e gravador de voz de que dispõem muitos aparelhos

são mais curtos e sem as avaliações que costumam acompanhar as perguntas nos depoimentos abertos.

Outra novidade surgida nos últimos anos é a possibilidade de rastreamento de transações bancárias permitida pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), criada em 1996. Com ela, é possível checar movimentações bancárias de pessoas físicas e jurídicas e, por exemplo, cruzar esses dados com a declaração de renda. O cruzamento das informações é feito e analisado

Uso do celular amplia quebras de sigilo e torna investigação mais completa

por técnicos da Receita Federal e do Banco Central, respectivamente, o que aumenta a complexidade das investigações.

Para isso, o formato eletrônico

das diversas informações precisa ser similar para que elas possam ser cruzadas. O TCU desenvolveu *softwares* capazes de realizar alguns desses cruzamentos. O trabalho recebe ainda o acompanhamento do Prodasen (Secretaria Especial de Informática do Senado).

– É preciso louvar o trabalho do Prodasen, que permite às CPIs sistematizar um volume de dados como nunca se fez na história – diz o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR).

Criada há quase dez anos, a TV Senado também tem sua influência nas reuniões das CPIs. Com transmissões ao vivo dos depoimentos, até parlamentares que não fazem parte da CPI querem participar. O resultado são reuniões mais longas. Já nas reuniões secretas, os questiona-



Transmissões ao vivo ampliam o interesse e o assédio da imprensa aos membros das CPIs, como Osmar Serraglio

Árduo exame de sigilo bancário

A análise de sigilo bancário é uma das mais complexas atividades na CPI por exigir dos analistas a identificação da entrada e da saída de dinheiro nas contas dos envolvidos. O emaranhado de números é decifrado na confrontação dos dados.

– Primeiro, verificamos que tipo de informação se busca, como no caso da Gtech, em que é apontado pagamento de propina. Muitas vezes somos ajudados pelos depoimentos que direcionam os trabalhos – explica o analista do Banco Central Antônio Pereira, já experiente em trabalhos prestados às CPIs.

Os números chegam em caixas e em meio magnético. Com o uso de uma planilha de crédito e débito desenvolvida para tal, os analistas buscam complementar as informações.

– Esgotamos toda a pesquisa de origem e destino. O que falta buscamos nos bancos – expõe Pereira.

O grupo já mapeou as movimentações da Gtech com o exterior e agora realiza a análise do fluxo no Brasil. Parale-

lamente, são rastreadas as contas de pessoas importantes na investigação, como Waldomiro Diniz, Marcelo Rovai, Carlos Ramos e Rogério Buratti.

– Muitas das movimentações não têm motivação para ter acontecido, o que indica que há algo errado – observa o analista.

A CPI dos Bingos tem ainda o apoio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional, do Ministério da Justiça, que busca identificar a existência de dinheiro dos indiciados no exterior.

O sigilo fiscal aponta movimentações atípicas, como as alterações patrimoniais não condizentes com a renda dos investigados, no caso de pessoas físicas.

Até o dia 26 de outubro, o relator Garibaldi Alves deve apresentar seu primeiro relatório parcial, com o pedido de indiciamento de alguns personagens do caso Gtech x Caixa Econômica Federal. O Ministério Público já indiciou 17 pessoas até 2002.

As CPIs em números



	Correios(*)	Mensalão	Bingos
Criação	25/5/2005	5/7/2005	5/3/2004
Instalação	9/6/2005	20/7/2005	29/6/2005
Prazo final	11/12 (180 dias)	16/11 (120 dias)	26/10 (120 dias)
Requerimentos apresentados	1.089 (438 de convocação; 241 de quebra de sigilo, entre outros) Apreciados: 847 Aprovados: 767	607 (203 de convocação; 174 de quebra de sigilo, entre outros) Apreciados: 329 Aprovados: 225	238 Apreciados: 197 Aprovados: 189 (102 de convocação; 39 de quebra de sigilo; 48 de informações)
Reuniões	42	26	26
Reuniões das sub-relatorias	12	-	-

Fontes: Secretaria Geral da Mesa e Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

* Os números da CPI dos Correios estavam em fase de atualização no fechamento desta edição; alguns dados podem sofrer alteração.

CRISE POLÍTICA Para relator da CPI dos Bingos, encontro de cinco envolvidos no caso Gtech comprovou irregularidades

Doleiros entram em contradição na CPI



Numa semana com ritmo menos acelerado do que de costume por causa do feriado de 12 de outubro, a CPI dos Correios deu seqüência à investigação do dinheiro das contas do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza que circulou pelo exterior com a ajuda de corretoras e de doleiros. A Sub-Relatoria de

Fontes Financeiras foi a única a tomar depoimentos e ouviu dois operadores do mercado financeiro ligados à corretora Natimar: Carlos Quaglia e Najun Turner.

De acordo com as suspeitas dos parlamentares e da Polícia Federal, a corretora teria aplicado R\$ 6,5 milhões das empresas de Valério. O dinheiro foi repassado à Natimar pela corretora Bônus-Banval, que recebeu dinheiro dos empréstimos tomados pelas empresas de Valério no Banco

Rural. A Natimar e os dois doleiros ouvidos tiveram os seus sigilos telefônico, fiscal e bancário quebrados pela CPI dos Correios no último dia 4.

Nesta semana, a CPI vai ouvir o doleiro Alberto Youssef, acusado por Toninho da Barcelona de ser o elo entre o PP e a Bônus-Banval, corretora responsável pela distribuição dos recursos do “valerioduto” para o PP. Youssef já tinha sido investigado pela CPI do Banestado.

Turner: Natimar não operava o “valerioduto”

Apontado como o elo entre o escândalo do “valerioduto” e a Operação Uruguai, criada para ocultar a origem do empréstimo de US\$ 5 milhões ao ex-presidente Fernando Collor, o doleiro Najun Turner, ao contrário de outros presos questionados por parlamentares, compareceu à CPI dos Bingos com o uniforme de presidiário (ele cumpre pena de 10 anos de prisão por crime contra o sistema financeiro).

No depoimento à Sub-Relatoria de Fontes Financeiras, Turner reconheceu que prestava consultorias frequentes à Natimar e ao seu dono, Carlos Quaglia, e que negociava com a Bônus-Banval. Mas negou que a Natimar tenha repassado R\$ 6,5 milhões, provenientes de uma empresa de Marcos Valério, para políticos. Segundo Turner, o dono da Bônus-Banval, Enivaldo Quadrado, é que teria tentado envolver a Natimar no esquema de Valério. Ele apresentou à CPI uma lista de questões que, ao seu ver, devem ser feitas a Enivaldo Quadrado, que, em seu depoimento à CPI responsabilizou a Natimar pela operação dos recursos de Valério [veja reportagem abaixo].



Vestido de presidiário, o doleiro Najun Turner garantiu à CPI que US\$ 14 milhões recebidos da corretora Natimar têm origem legal

– É absurda a hipótese de que a Natimar tenha repassado ou aplicado valores para Marcos Valério ou suas empresas – afirmou, justificando que Quadrado tenha utilizado a manobra para proteger outros clientes.

Najun Turner negou também que US\$ 14 milhões declarados pela Natimar como adiantamento da exportação de máquinas e, posteriormente, justificados como empréstimos, sejam de origem ilícita. Segundo ele, não houve ilegalidade na operação, feita de acordo com os parâme-

tros do Banco Central brasileiro e sugerida por ele a Carlos Quaglia.

– Eu falei para ele [Quaglia] sobre essa opção de transformar essa operação em empréstimo – confirmou.

Turner questionou ainda o depoimento dado aos parlamentares por Toninho da Barcelona, que afirmou ter notícia de que Najun Turner sabia dos repasses ao PP via Bônus-Banval. Para o doleiro, Barcelona fez as denúncias porque “nunca aceitou estar preso”.

Dono da corretora acusa Bônus-Banval de manobra

À CPI dos Correios, o dono da corretora Natimar, Carlos Quaglia, acusou a Bônus-Banval de usar a sua empresa para lavar o dinheiro repassado pelas empresas de Marcos Valério. A Bônus-Banval depositou R\$ 6,5 milhões nas contas da Natimar, que foram devolvidos à Bônus na forma de cartas de transferência a destinatários desconhecidos por ele, mas que a CPI identificou como os beneficiários do “valerioduto”.

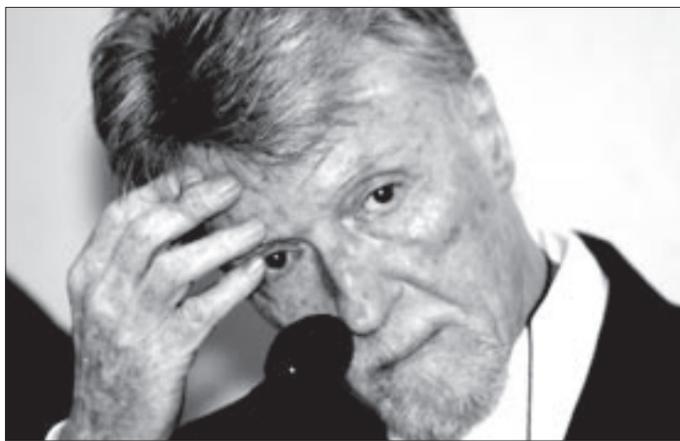
Quaglia disse que a operação foi tratada como um problema de contabilidade pelo dono da Bônus-Banval, Enivaldo Quadrado, que alegou não ter podido corrigir o engano porque a Bônus no momento passava por auditoria externa. O dono da Natimar afirmou que não viu irregularidades à época, mas diante das denúncias atuais concluiu que a sua empresa foi usada por Quadrado para ocultar a origem do dinheiro do “valerioduto”.

– Para isso [lavagem de dinheiro], a Natimar caiu como uma luva – lamentou.

O dono da Natimar negou as suspeitas levantadas pela Polícia Federal de que Turner seria o verdadeiro dono da corretora e Quaglia o seu “laranja”. Ele justificou os depósitos realizados pela Natimar nas contas de familiares de Turner como o pagamento de serviços de consultorias.

Sobre uma operação de US\$ 14 milhões entre a Natimar e as empresas Discovery, do Para-

guai, e a Arcoman Trading, do Uruguai, Quaglia declarou que o valor se referia à exportação de maquinários. A operação acabou não sendo efetivada e Quaglia resolveu ficar com o dinheiro a título de empréstimo. O relator da CPI dos Correios, Osmar Seraglio (PMDB-PR), suspeita que a transação tenha o objetivo de ocultar a origem real dos dólares repassados à Natimar.



Carlos Quaglia admitiu que operação com a Bônus-Banval pode ter sido usada para lavagem de dinheiro do “valerioduto”



Morte do médico que atestou torturas no prefeito Celso Daniel mobilizou a polícia de São Paulo na noite de quarta-feira

Legista deveria depor na CPI dos Bingos

Pivô do embate entre a família de Celso Daniel e o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh – quanto à tortura sofrida pelo então prefeito de Santo André quando de seu seqüestro e morte em 2002 –, o médico-legista Carlos Delmonte Printes, encontrado morto na última quarta-feira em seu escritório, havia sido convocado há duas semanas pela CPI dos Bingos, para prestar depoimento.

Para o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a comissão perde uma importante testemunha. Segundo o parlamentar, o depoimento de legista ao Ministério Público de São Paulo será utilizado quando da produção do relatório final da CPI.

Há pelo menos 50 dias, Printes produzira um laudo complementar sobre o assassinato de Celso Daniel, a pedido dos promotores de Santo André Amaro José Thomé Filho, Adriana Ribeiro Soares de Moraes e Roberto Wider Filho.

Os promotores já requisitaram à Justiça a busca e apreensão do documento, que poderá esclarecer 14 questões relacionadas ao crime, principalmente porque o médico já havia declarado possuir outros documentos e fotos relacionados à morte.

Sétima pessoa morta relacionada ao caso Celso Daniel, Printes atestara em seu primeiro laudo marcas de tortura quando fez a autópsia do ex-prefeito, e

por isso descartou a possibilidade de crime comum, como apontado pela Polícia Civil.

Em depoimento ao Ministério Público, ele declarou que fora proibido pelo superintendente da Polícia Científica, Celso Perioli, em reunião conjunta com o então diretor do Instituto Médico Legal, José Jorge Jarjura Júnior, de conceder entrevistas ou se manifestar sobre a perícia realizada no ex-prefeito.

O deputado Greenhalgh contesta as afirmações do legista com relação à tortura. “João Francisco me perguntou se ele havia sido torturado e eu disse que não, porque ele realmente não foi torturado”, afirmou.

Já os irmãos João Francisco e Bruno Daniel aceitam o trabalho realizado por Printes. João Francisco afirmou considerar “nebulosa” a morte do médico, que os irmãos tiveram muita dificuldade para encontrar depois da morte do ex-prefeito.

A polícia investiga a possibilidade de óbito do médico por envenenamento e os legistas já descartaram a hipótese de morte natural. O que não se sabe ainda é se o caso se trataria de homicídio, suicídio ou intoxicação, inclusive por alimentos.

O promotor Amaro José também solicitou o exame grafológico da carta entregue por Printes a um dos seus filhos, em que pedia para ser cremado e dava informações sobre a distribuição de seus bens.

Relator diz que depoimento ao MP de São Paulo será usado no relatório final

Acareação entre irmãos e Gilberto Carvalho

Ainda sobre o caso Celso Daniel, a CPI promove no dia 26 uma acareação entre dois irmãos do ex-prefeito e Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente da República.

Os irmãos, que já prestaram depoimento à comissão, acusam Carvalho de ter participado, na prefeitura de Santo André, de um esquema de propinas destinadas ao Partido dos Trabalhadores. Carvalho nega.

Também foi aprovada a convocação do juiz João Carlos da Rocha Mattos, que declarou a

existência de 42 fitas cassetes, gravadas no período de janeiro a março de 2002, com destaque para telefonemas feitos por Gilberto Carvalho.

Segundo Mattos, Carvalho orientava pessoas sobre como proceder e o que falar com relação ao crime, e ainda mostrava-se preocupado com buscas no apartamento de Celso Daniel.

A CPI ouvirá ainda os delegados que comandam as novas investigações sobre o caso: Elizabeth Sato e Maurício Correia.

CRISE POLÍTICA Abertura de processo contra deputados e relatório sobre ex-ministro movimentam a Câmara

Poucos fatos novos na acareação entre deputados

A acareação entre o líder do PL, deputado Sandro Mabel (GO), e a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO), realizada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, não trouxe novidades, segundo o presidente do órgão, deputado Ricardo Izar (PTB-SP).

– Foi útil para o relator [do processo contra Mabel, deputado Benedito de Lira, PP-AM], mas trouxe poucos fatos novos. É a palavra de um contra a do outro – disse Izar.

Sandro Mabel é acusado de ter oferecido a Raquel Teixeira “luvas” de R\$ 1 milhão e mais



Izar observa que Sandro Mabel e Raquel Teixeira mantiveram coerência nos depoimentos

R\$ 30 mil por mês para que ela trocasse o PSDB pelo PL. Com a acareação, o Conselho de Ética esperava saber qual dos dois deputados está mentindo, pois Mabel nega ter feito a oferta, enquanto Raquel confirma.

– Nenhuma acareação é produtiva se nenhum dos dois cair em contradição. Tanto o Sandro quanto a Raquel estão firmes em seus depoimentos – lamentou o presidente do conselho.

Mabel alega presença de deputada em jantar

Um dos argumentos de Mabel para contestar a acusação de Raquel foi o comparecimento da deputada a um jantar em comemoração à sua posse como líder do PL, depois da suposta oferta. Na opinião de Mabel, se a deputada estivesse indignada com o convite para a troca de partido, não teria ido ao jantar.

A deputada fez questão de afirmar que não é acusadora, mas testemunha. “Quem acusou foi o PTB e cabe a ele o ônus da prova”, disse.

Segundo Izar, o processo contra Mabel deve ser concluído em, no máximo, 90 dias.

Rebello rejeita julgamento coletivo no Conselho de Ética

O presidente da Câmara, Aldo Rebello, descarta a possibilidade de aplicação de penas coletivas aos deputados que respondem a processos disciplinares no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Ele reafirmou que a abertura de processos contra os 13 deputados citados pelas CPIs vai respeitar a particularidade de cada denúncia.

O Conselho de Ética vai instaurar os processos nesta segunda-feira, às 18h. Depois desse prazo, os deputados envolvidos não poderão mais renunciar para manter o direito de disputar as próximas eleições. Os relatores serão sorteados na terça-feira.

Rebello argumenta que o parecer da Corregedoria faz referências a cada uma das denúncias contra 16 parlamentares. Como três deputados – José Dirceu

(PT-SP), Sandro Mabel (PL-GO) e Romeu Queiroz (PTB-MG) – já respondem a processo no Conselho de Ética, o presidente da Câmara considera que o envio das 13 representações demonstra a compreensão da Mesa da Câmara de que os julgamentos devem ser individualizados.



Possibilidade de aplicação de penas coletivas aos deputados foi descartada por Aldo Rebello

Parecer sobre Dirceu será lido na terça-feira



O deputado Júlio Delgado (PSB-MG), relator do processo contra o deputado José Dirceu (PT-SP) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, apresenta seu parecer nesta terça-feira, às 11h. Ele encerrou na semana passada a fase de instrução do processo, na qual as testemunhas são ouvidas.

O exame do parecer foi marcado pelo presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), para a quarta-feira. Caso haja pedido de vista, a votação poderá ser adiada para sexta-feira.

Delgado disse que vai refutar a tese de Dirceu de que não pode ser processado porque as irregularidades atribuídas a ele ocorreram na época em que estava licenciado do mandato e exercia o cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Foi com base nesse argumento que o advogado José Luís Oliveira Lima, que representa o deputado petista, impetrou mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com Delgado, após a diplomação como deputado, Dirceu não perdeu as prerrogativas de parlamentar, mesmo no cargo



Professor Luizinho e outros quatro deputados do PT entraram com pedido de liminar para suspender a abertura de processo

de ministro.

Indagado sobre a tese de Dirceu de que não há provas contra ele, o relator respondeu: “Nosso desafio é analisar os documentos e os depoimentos para derrubar essa tese até terça-feira”.

Izar espera que o STF não tome nenhuma decisão que interfira nos trabalhos do Conselho de Ética. “Os processos são uma questão interna de deputados julgando deputados”, sustentou.

Outros deputados petistas acionam o STF

A decisão da Mesa da Câmara de enviar, em bloco, ao Conselho

de Ética, representação contra 13 deputados levou cinco petistas a acionar o STF. Paulo Rocha (PA), João Paulo Cunha (SP), José Mentor (SP), Professor Luizinho (SP) e Josias Gomes (BA) decidiram entrar com pedido de liminar para suspender a abertura de processo contra eles no Conselho de Ética.

Segundo o advogado Márcio Silva, a idéia é garantir que as punições sejam determinadas pela Mesa da Câmara individualmente, porque, entre os cinco deputados, alguns acreditam que receberão punições mais brandas, como advertência.

Sorteio definirá relatores de “cassáveis”

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara vai sortear os relatores dos processos contra 13 deputados acusados de envolvimento no suposto esquema de “mensalão” nesta terça-feira pela manhã. Os relatores não podem ser do mesmo estado nem do mesmo partido do acusado, nem estar relatando processo em andamento.

Quando ao possível recurso de alguns deputados ao Supremo Tribunal Federal, com o argumento de que a Mesa não contemplou a especificidade de cada acusação, o presidente da Câmara, Aldo Rebello, afirmou que respeita o direito de qualquer cidadão recorrer à Justiça, mas considerou que o parecer da Cor-

regedoria – aprovado na última terça-feira – possui as especificações de cada denúncia.

Continua trâmite de processos já abertos

Os pedidos de abertura de processos contra os três deputados que já são investigados no Conselho de Ética – José Dirceu, Romeu Queiroz e Sandro Mabel – não serão novamente enviados. Caberá à Secretaria Geral da Mesa desmembrar os outros 13 processos e anexar as informações já obtidas.

Também foram acusados pelas CPIs dos Correios e do Mensalão Roberto Jefferson, já cassado, e Carlos Rodrigues, que renunciou ao mandato.

O parecer da Corregedoria foi aprovado por 5 votos a 1. O 4º secretário da Câmara, deputado João Caldas (PL-AL), votou contra o parecer e disse que a Mesa preferiu “lavar as mãos”, em vez de fazer uma análise mais detalhada das denúncias.

Já Aldo Rebello ressaltou que a Mesa não julgou os métodos e procedimentos da Corregedoria e que foi analisado apenas o parecer apresentado pelo corregedor, deputado Ciro Nogueira (PP-PI). De acordo com o presidente da Câmara, a decisão de acatar o parecer e levar os processos para o Conselho de Ética foi tomada com o intuito de preservar as prerrogativas dos órgãos existentes na Casa.

REFORMA POLÍTICA

Iris de Araújo defende fidelidade partidária na reforma política

Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu a adoção da fidelidade partidária na reforma político-eleitoral que está sendo discutida no Congresso. A senadora afirmou que a legislação em vigor premia a “individualização” do candidato eleito, em prejuízo dos partidos, uma vez que permite e facilita a troca de legendas sem critérios éticos.

Tal prática, disse, possibilita negociações ilícitas e corrupção entre o Executivo e o Legislativo, o que supostamente ocorre quando o governo precisa de uma base de sustentação no Parlamento para aprovar seus projetos.

– A lei deixa espaço para o favorecimento de políticos que trocam de partido por conveniência e isso enfraquece a instituição partidária e compromete a democracia – enfatizou.

Iris lembrou que, há mais de dez anos, foi instalada no Senado uma comissão temporária para fazer a reforma política, mas acrescentou que, “até hoje, nada de importante foi votado”.

A parlamentar propôs o financiamento público para baratear as campanhas eleitorais, condicionando essa mudança a uma fiscalização rígida sobre o controle de gastos.

Para Maciel, verticalização das coligações é afronta ao federalismo

A verticalização das coligações eleitorais trouxe vários inconvenientes para os partidos brasileiros e desrespeitou o princípio federativo da organização do Estado, afirmou o senador Marco Maciel (PFL-PE). Ele fez um apelo para que a Câmara aprove a proposta que põe fim a essa imposição nas coligações partidárias (PEC 548/02).

A chamada verticalização foi estabelecida, em fevereiro de 2002, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A regra obriga os partidos políticos a seguirem, nas eleições estaduais, as

mesmas coligações organizadas para a disputa nacional.

– A sucessão no estado, que é um problema local, fica condicionada a uma questão nacional. Isso é incompatível com a organização partidária brasileira – sustentou.

Maciel assegura que, embora se espere que os partidos tenham um caráter nacional, a submissão dos diretórios estaduais às alianças feitas nacionalmente desrespeita realidades locais. Ele também disse acreditar que a verticalização fere o princípio federativo da União.

ENSINO Documento faz convocação nacional, alerta para riscos que enfrenta o país e traça metas para reverter situação

Senado lança manifesto pela educação

A sessão especial para homenagear os dias da Criança e do Professor, na semana passada, foi a ocasião ideal para o lançamento do Manifesto dos Senadores pela Educação. Uma iniciativa do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), o documento foi assinado por todos os 81 senadores. Vários parlamentares discursaram em favor de um ensino de qualidade.

– As nações que olharam para a educação como prioridade conseguiram rapidamente resolver seus problemas mais complexos e ter um desenvolvimento econômico sustentável, de mais qualidade, gerando mais empregos e qualidade de vida para seu povo – disse Mercadante.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera que ainda há muito a se fazer no país para que o Dia da Criança possa ser comemorado de fato, pois, na sua opinião, “os indicadores sociais envergonham o Brasil”.

Confira abaixo a íntegra do manifesto.

“Se, há mais de 70 anos, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova já declarava, em seu preâmbulo, que na hierarquia dos problemas nacionais nenhum sobrepõe a importância e gravidade da educação, hoje, mais do que em qualquer outra fase de nossa história, essa prioridade elevou-se à condição de urgência, inquestionável e inadiável. Na sociedade em que vivemos, em que a informação e o conhecimento vão ocupando espaços cada vez mais amplos, a educação incorpora a si como um direito fundador da cidadania, a função estratégica de ser um dos mais importantes motores do desenvolvimento humano e econômico-social.

O empenho até agora realizado pelo país em suas diversas instâncias da gestão educacional, apesar dos avanços alcançados, não foi o bastante para assegurar um eficiente sistema de educação pública capaz de proporcionar a todos os brasileiros e brasileiras as aprendizagens que se tornaram indispensáveis para a instauração de uma sociedade mais justa e equitativa. A realidade continua apresentando um quadro muito aquém dos benefícios que a educação desencadeia para o conjunto social, e se encontra ainda distante das promessas democráticas que ela encerra.

Estamos diante de uma encruzilhada que requer o auto-exame de toda a nação. Em outras palavras, estamos diante de um desafio instaurador de um processo que amplia a democracia e educa para a cidadania, rejuvenesce a sociedade, dá uma face humana à economia e irriga o potencial criativo da rica diversidade do país.

Estamos diante da necessidade de uma saída urgente para a educação pública de qualidade. Uma saída que se inspire na coragem que o país acumulou ao longo de sua formação e que obedeça aos ditames da razão que a educação inaugura. O Estado que não assume essa via decreta seu declínio. A sociedade que não busca essa saída aceita a autoridade da submissão e refuga o caminho da autonomia e do desenvolvimento sustentável.

Para sair de uma condição que nos constrange a todos, em vários aspectos, a um confinamento educacional próprio do século 19, é preciso que a sociedade e o

Estado pactuem um novo esforço em prol da educação, sem o qual não ultrapassaremos os limites dos avanços até agora atingidos. O futuro não espera. Só uma política de Estado que reconheça o potencial da educação será capaz de superar as contradições e as barreiras que continuam a impedir a construção de uma sociedade mais ampla e inclusiva.

É preciso que todas as mentes deste país, conscientes de suas responsabilidades perante um quadro anacrônico que ainda nos oprime, construam, pela efetivação de uma educação básica de qualidade, os marcos que ajudem a resgatar uma dívida social antiga e projetem o país em direção a cenários mais promissores em termos de democracia e modernidade social.

Por isso, invocando tantos brasileiros, inclusive desta Casa, que fizeram da luta pela educação o ideal maior de suas vidas, os senadores da República, cômicos de sua missão e de suas responsabilidades perante a nação, convocam o país para um necessário consenso em torno de uma política de Estado para a educação, com força e continuidade para operar a reconstrução educacional do país e resgatar o sonho dos signatários do Manifesto dos Pioneiros de 1932 e do Manifesto dos Educadores de 1959, como também fazer cumprir os dispositivos da Constituição de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, do Plano Nacional de Educação, aprovado no ano 2000 e, ainda, resgatar os compromissos internacionais do país, conforme acordados nas Conferências e Declarações Mundiais lideradas pela

Unesco em Jomtien (1990) e reafirmadas em Dacar (2000).

Ao convocar o país para a necessidade de um consenso com a lucidez estadista de ver a educação não como problema, mas como solução, os senadores da República têm em mente desencadear um esforço coletivo em todos os setores da vida nacional, que possibilite converter a educação em prioridade, não apenas do Estado, mas de toda a sociedade brasileira. Daí a idéia de um pacto como instrumento catalisador.

Só um pacto nacional poderá mobilizar lideranças de todos os setores

Governo e educadores, instituições e sistemas de ensino, políticos, lideranças de todos os setores: só um pacto nacional pela educação básica, fomentado por uma consciência engajada na sociedade civil, poderá mobilizar todos, exigindo o cumprimento das metas acordadas nos instrumentos já mencionados. Se quisermos associar democracia e modernidade, ou o país como um todo toma a decisão de priorizar a educação como tarefa inadiável, ou não nos incluiremos na velocidade transformadora da história.

Nossa situação educacional é assustadora. De tempos em tempos, organismos nacionais e internacionais, como IBGE, Inep/MEC, Unesco e OCDE divulgam estatísticas sobre a situação educacional, cujos números e índices têm deixado o Brasil em situação bastante desconfortável. São dados preocupantes, que colocam em risco o futuro do país, destacando-se, entre eles, os seguintes:

- na educação infantil, para um universo de 22 milhões de crianças entre zero e seis anos, acolhemos nas creches, no segmento de zero a três anos, apenas 1.126.814 crianças e no segmento de quatro a seis anos, somente 5.160.787 alunos;
 - no ensino fundamental, persiste o fenômeno da repetência. Se o número de matrículas no primeiro ano se aproxima de 5,6 milhões, não chega a 2,9 milhões no oitavo ano;
 - mais de 3 milhões de crianças ainda não têm acesso à educação obrigatória, em que pesem os avanços de cobertura do último decênio;
 - estão fora da escola mais de 2 milhões de jovens entre 15 e 17 anos;
 - tomando como referência as metas do PNE, chega-se ao número de mais de 800 mil docentes que ainda devem fazer o ensino superior;
 - o salário médio dos professores da educação básica, em seus vários níveis, varia de R\$ 430, na educação infantil, a R\$ 700, no ensino médio;
 - na avaliação do Pisa 2003, em matemática, num grupo de 40 países, o Brasil obteve o menor rendimento, ficando abaixo do México, da Tunísia e da Indonésia.
- E que dizer de uma herança pe-

sada que identifica mais de 15 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais absolutamente analfabetos? E os chamados analfabetos funcionais, que beiram os 33 milhões de pessoas?

Com as exigências cognitivas contemporâneas, com as barreiras hoje existentes para uma educação de qualidade, com a multiplicidade de carências apontadas, num mundo em que o local e o internacional interagem celeremente entre si, corremos o sério risco ou de transformar o local em localismo ou então de absorver um internacional presente sob a forma heterônoma e dependente.

Nós, senadores da República, estamos conscientes de que não será do dia para a noite que encontraremos uma saída. Daí a necessidade de urgência. Mas como encontrar essa saída, dentro de nosso frágil pacto federativo, onde os municípios não conseguem corresponder à demanda da educação infantil e os estados ressentem-se de recursos para atender à crescente juventude do ensino médio? Diante desse quadro, sobressai o imperativo de uma nova reengenharia da educação, definindo-se a responsabilidade compartilhada entre as instâncias da administração educacional do país, ampliando-se recursos, racionalizando-se gastos supérfluos e regulamentando a responsabilidade educacional.

Por isso, o Brasil precisa unir-se num esforço comum, colocando em sinergia todas as vontades do país para se instaurar um clima renovador em nossa política educacional. Não se pode perder de vista que já estamos gastando mais com segurança que com educação. A barbárie verificada em muitos espaços sociais, e que atinge todas as camadas sociais, é também efeito de uma política educacional de curto prazo, que não pensa a nação em médio e longo prazos. É preciso garantir a triade acesso, permanência e qualidade nas três etapas da educação básica, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação. Se não se fizer isso, continuaremos longe tanto da cidadania ativa e ampliada quanto da promoção do crescimento econômico, aumento de postos de trabalho, melhores salários e distribuição de renda.

O Plano Nacional de Educação

que, com tanto entusiasmo e esperança, foi aprovado por esta Casa, haverá de ser restabelecido em sua plenitude para nortear a nossa luta. As suas metas-síntese, de assegurar que

- pelo menos 50% das crianças sejam atendidas por creches e 80% por pré-escolas com padrões mínimos de qualidade;
- todas as crianças e adolescentes, em idade própria, estarão matriculados no ensino fundamental e progressivamente no ensino médio;
- todos os jovens terão acesso universal à educação profissional em nível básico;
- pelo menos metade dos jovens e adultos analfabetos estará funcionalmente alfabetizada e integrada à educação básica;
- pelo menos 85% dos estudantes estarão nos estágios intermediários, adequado e avançado, em todos os componentes curriculares avaliados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
- todos os professores, com piso salarial próprio, serão remunerados acima da média dos grupos ocupacionais que tenham formação idêntica;
- todas as escolas terão infra-estrutura qualificada, de modo a contar com bibliotecas e condições de acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, já que são da mais alta importância para o país

A situação educacional é preocupante e coloca em risco o futuro do país

e precisam ser colocadas no topo da hierarquia das prioridades nacionais. Disso decorre a urgência para esta Casa em assumir uma postura prospectiva com vistas a uma política de Estado para a educação.

Estamos certos de que será um marco histórico o dia em que todos os segmentos econômicos, sociais e políticos, acima das divergências próprias de uma sociedade plural, pactuarem seus esforços para cumprir uma das maiores promessas da modernidade: uma educação básica de qualidade para todos. Nesse dia, o Brasil poderá dizer que a educação não é somente importante, mas constitui uma prioridade de Estado.

Nós, senadores da República, estamos dispostos a lutar por isso e convocamos a nação para esse objetivo.”



Homenagem a professores e crianças serviu de catalisador para movimento unânime do Senado

CÉLIO AZEVEDO

ACESSIBILIDADE Senado promove desta segunda até domingo a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência



GERALDO MAGELA

Servidora do Senado, a jornalista Tida Medeiros utiliza triciclo oferecido por iniciativa da Comissão de Acessibilidade

Túnel Sensorial recria as dificuldades do deficiente

O Senado tem muito a falar sobre seus esforços para assegurar os direitos às pessoas portadoras de deficiência no Brasil. E isso será mostrado até domingo, das 9h às 18h, no Salão Negro do Congresso Nacional. Um painel sobre leis aprovadas e projetos em tramitação, além dos trabalhos realizados pela Subcomissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, divide espaço com outras três exposições.

A Comissão de Acessibilidade mostra as iniciativas importantes para integrar o deficiente ao dia-a-dia do Senado. Um estande do Prodasen expõe computadores com as páginas na Internet adaptadas para deficientes visuais. A Secretaria de Editoração apresenta obras editadas em braile.

A Praça Sociedade mostrará a capacidade criativa e os feitos de pessoas deficientes em nosso país, com oficinas e exposições

Para senadores, ainda há muito o que se fazer

Um dos mais entusiasmados com a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) enumerou os avanços da sociedade brasileira nessa área, destacando as iniciativas do Senado, mas ressaltou que ainda há muito a fazer por aqueles a quem chamou de "novos cidadãos". Ele salientou que o Brasil, entre os países da América Latina, é um dos que mais avançou na conquista de direitos para essas pessoas.

- Fazer valer os direitos dessas pessoas tem representado uma luta pelo avanço dos direitos humanos e democráticos. Essas pessoas têm condições reais de se integrar à vida social e de participar de atividades produtivas - argumentou Azeredo, que quando foi prefeito de Belo Horizonte e governador de

de artesanato e outros produtos criados por artistas e alunos com necessidades especiais.

A mostra *Cores do Silêncio* apresenta quadros em alto-relevo (para deficientes visuais) da artista plástica Cristina Portella. No espaço Projeto Ser Diferente é Normal, o Instituto Meta Social valoriza os esforços de inserção dessas pessoas na sociedade.

Na Praça Criatividade haverá apresentações diárias de música, teatro e dança, além do lançamento de livros. O Espaço Multimídia exhibe os programas *Inclusão*, da TV Senado, e *Você é Especial*, da Rádio Senado.

Mas a atração mais aguardada é o Túnel Sensorial - ambiente interativo criado por funcionários do Senado que proporcionará aos visitantes a possibilidade de viverem, na própria pele, as dificuldades de quem tem deficiência para se locomover e trabalhar, por exemplo.

Minas Gerais implantou escolas especiais e assegurou apoio financeiro a entidades beneficentes dedicadas ao atendimento de portadores de deficiência.

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), membro da subcomissão, destacou a importância da inclusão.

- A realidade do país ainda é muito dura para o portador de deficiência. A criação dessa subcomissão pelo Senado representa uma mudança cultural rumo a uma sociedade mais justa e democrática, onde todos convivam em harmonia - declarou.

Para a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que também compõe a subcomissão, o tema da acessibilidade deve ser tratado com veemência, para garantir que todos, sem exceção, possam gozar de qualidade de vida.

Uma semana para superar as barreiras



Dados do IBGE mostram que 25 milhões de brasileiros nasceram ou adquiriram, ao longo da vida, algum tipo de deficiência. Como fazer para que tenham direito pleno à cidadania, que inclui trabalhar e participar em sociedade, é um dos temas centrais da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que o Senado organiza de segunda-feira até domingo.

A abertura será nesta terça-feira, às 11h, no Salão Negro do Congresso Nacional, com a presença dos atores Marcos Frota e Bruna Marquezine, que representam deficientes visuais em novela da Rede Globo, e do artista plástico Siron Franco, entre outros convidados. Haverá exposições e mostras sobre os esforços dentro do Senado e na sociedade para dar aos deficientes a chance de uma vida melhor. No dia 19, das 8h às 18h, será realizada no auditório do Interlegis a videoconferência nacional "Acessibilidade: Passa-

porte para a Cidadania".

A semana mostrará o trabalho legislativo que o Senado e a Subcomissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência vêm fazendo, incluindo os resultados alcançados pela Comissão de Acessibilidade (*leia mais sobre o assunto no Especial Cidadania, página 16*). Contará com exposições de arte e artesanato produzidos por portadores de necessidades especiais de entidades como a Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e de outras associações que prestam atendimento a pessoas com deficiência.

Será lançado o site do Senado adaptado para deficientes visuais e assinados atos administrativos para facilitar o acesso ao Senado e a contratação de pessoas com deficiência. A Secretaria de Editoração fará ainda a doação de publicações em braile.

Além da mostra com produtos criados por portadores de necessidades especiais, haverá apresentações musicais, lançamentos de livros e exposições de programas de rádio e TV. Quem comparecer ao Salão Negro poderá também viver a experiência de como é ser portador de necessidades especiais, já que, no local, haverá um simulador de restrições de sentido criado por funcionários do Senado.



CÉLIO AZEVEDO

Eduardo Azeredo é o presidente da Subcomissão de Pessoas com Deficiência

Ministros participam de videoconferência

Além da apresentação de artistas com deficiência, a programação de abertura inclui o lançamento da cartilha *Acessibilidade: Passaporte para a Cidadania das Pessoas com Deficiência* (orientações básicas para a inclusão das pessoas com deficiência), preparada pela Comissão de Acessibilidade.

Haverá também exibição de vídeo da jornalista Solange Calmon, da TV Senado, sobre o Programa de Acessibilidade do Senado, a apresentação de maquete da obra *A Praça do Amor é Cego*, do artista plástico Siron Franco, e a doação de publicações em braile editadas pela Secretaria de Editoração.

Subcomissão realiza reunião especial para debater com a sociedade

A videoconferência "Acessibilidade: Passaporte para a Cidadania", que acontece na quarta-feira, reunirá, além do presidente Renan Calheiros e de outros três senadores, os ministros Saraiva Felipe (Saúde), Agnelo Queiroz (Esporte), Patrus Ananias (Desenvolvimento Social), Sérgio Machado (Ciência e Tecnologia), Fernando Haddad (Educação), Márcio Thomaz Bastos (Justiça), Nelson Machado (Previdência Social), Luiz Marinho (Trabalho), Alfredo Pereira (Transportes) e Walfrido Mares Guia (Turismo). Assembleias legislativas e câmaras de vereadores estarão interligadas para discutir o tema.

Sob a coordenação do seu presidente, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado realiza reunião extraordinária na terça-feira, às 10h30, com debates e palestras sobre temas como a realidade e as perspectivas dos deficientes no mundo do trabalho e a implementação de políticas públicas para a acessibilidade. Participarão representantes do governo federal e de entidades dos deficientes.

O presidente da Comissão de Acessibilidade do Senado, Adriano Bezerra de Faria, fará um balanço das medidas adotadas para promover a inclusão, como a implantação de guias e rampas de acesso, a liberação das calçadas, sanitários especiais e a oferta de triciclos para circulação.

Legislação recente ampliou proteção aos direitos

A interação entre a população, as organizações sociais e institucionais e o Congresso Nacional tem permitido um diálogo que resultou na criação de diversas leis que atendem às necessidades sociais da pessoa com deficiência. Duas delas são a Lei Orgânica da Assistência Social (8.742/93) e a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Lei 7.853/89).

Mais recente, a Lei 10.048/00 traz inovações em relação às repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, que ficaram obrigadas a dar atendimento prioritário, tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas

portadoras de deficiência. Estabelece, também, que os ônibus e outros meios de transportes coletivos reservarão assentos identificados aos deficientes.

Já a Lei 10.098, também de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para eliminar as barreiras físicas nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos transportes. As duas só foram regulamentadas por um decreto assinado em dezembro passado pelo presidente da República.

Além disso, tramitam no Congresso Nacional dezenas de propostas de lei que tratam da questão, inclusive as que propõem a criação de um Esta-



Flávio Arns defende a ampliação de direitos do portador de deficiência

tuto do Portador de Deficiência - instrumento de consolidação de direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência - e a inclusão de novos direitos na Constituição.

Uma dessas propostas é do senador Flávio Arns (PT-PR) e, apresentada em 2003, encontra-se hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ROOSEVELT PINHEIRO

COMISSÕES

Orçamento: relatório preliminar sai na terça

O parecer preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006 deverá ser discutido nesta terça-feira, às 14h30, quando se reúne a Comissão Mista de Orçamento (CMO) e termina o prazo para apresentação de emendas ao relatório do deputado Carlito Merss (PT-SC). O relator espera que seu parecer preliminar seja apreciado até 25 de outubro. Ele aposta na recuperação da economia para que a revisão da receita proporcione os recursos que o governo deixou de orçar, algo próximo a R\$ 11 bilhões.

Uma das novidades do seu parecer preliminar é estipular que o Comitê de Receita da CMO fará uma reestimativa, que será ajustada na fase da relatoria geral, possivelmente em meados de novembro – proposta semelhante à que foi discutida pela comissão que estudou alterações no processo orçamentário. A medida pode frear as sucessivas reestimativas para acomodar as pressões durante a tramitação do projeto da lei orçamentária anual.

Pela explicação do relator, há espaço para aumentar a arrecadação estimada, pois os números apresentados pelo

Ministério do Planejamento no projeto de lei são anteriores ao crescimento da economia registrado no segundo trimestre deste ano. Por enquanto, não se prevê no Orçamento nenhum centavo para compensar os estados exportadores (Lei Kandir), item que está exigindo da União neste ano R\$ 5,2 bilhões – dos quais só foram repassados até agora R\$ 2,8 bilhões.

Também não foi orçado R\$ 1 bilhão para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e nem R\$ 1,3 bilhão para o reajuste dos militares e do Legislativo. Há ainda outros “buracos”, como na Previdência Social – as despesas estão subestimadas em R\$ 2,8 bilhões, conforme estudo das consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado.

O relator estabeleceu que 30% das emendas de parlamentares deverão ser destinados à área de saúde. Cada um poderá apresentar até 20 emendas individuais, desde que elas não somem mais de R\$ 3,5 bilhões. As que beneficiarem as entidades privadas terão que identificar as instituições favorecidas.

Outra novidade do parecer é que o Congresso poderá emendar os investimentos do chamado Projeto Piloto, o que fere orientação do governo, que pretendia impedir qualquer alteração nos valores orçados para esses investimentos em infra-estrutura.



Deputado Carlito Merss, relator do Orçamento: revisão da receita

Emenda inclui empresa de acesso à internet em norma constitucional

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, aprovou relatório do conselheiro Paulo Tonet sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 55/04), de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que dá nova redação ao artigo 222, para disciplinar a propriedade dos meios de comunicação. O projeto está sendo analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que designou o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) como relator da matéria.

O artigo 222 determina que “a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos e naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país”.

O novo texto inclui “as empresas de acesso à Internet e empresas que explorem a produção, programação ou provimento de conteúdo de comunicação social eletrônica dirigida ao público brasileiro, por qualquer meio e independentemente dos serviços de telecomunicações de que façam uso e com os quais não se confundem”. Segundo o relator, a PEC procura adequar a Constituição às novas tecnologias.

– O objetivo é uniformizar a legislação e a norma regulatória para todos os entes que produzam conteúdo jornalístico no Brasil. Não se trata de restringir ou evitar a entrada de novos concorrentes no mercado, mas sim de evitar que haja duas normas diferentes – afirmou Paulo Tonet.

O conselho também realizou, na semana passada, audiência pública para discutir a ética nos meios de comunicação. O evento contou com a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello e do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Denis Lerrer Rosenfield.

Definidos critérios para o Parlamento do Mercosul

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou ao Plenário os resultados da reunião extraordinária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada em Buenos Aires na terça-feira. No encontro, foi elaborado um documento com as bases do acordo político para a instalação do Parlamento do Mercosul.

A principal decisão da reunião, informou Zambiasi, membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e presidente da Sessão-Brasil, foi a definição do critério de representatividade parlamentar. Ficou estabelecido, por consenso, que durante a etapa de transição, de 2006 até 2010, a composição do Parlamento do Mercosul será paritária e formada por 18 representantes de cada Estado-membro e o processo de instalação do Parlamento ocorrerá por etapas. Essa fase encerra-se em 2014, quando o Parlamento passará a funcionar com representantes eleitos pelo voto popular, em datas comuns aos quatro Estados-membros.

– Com essa decisão, baseada no diálogo, superamos um impasse existente no processo de construção do Parlamento do Mercosul. Temos consciência de que o Parlamento só se firmará se contemplar plenamente, e com justiça, os interesses de todos os seus integrantes – afirmou o senador.

A reunião foi coordenada pelo presidente interino da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Roberto Conde, deputado do Uruguai, e contou com a participação dos presidentes das sessões nacionais dos quatro países-membros: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e de parlamentares que integram a comissão.



Plenário da Câmara: lideranças governistas alegaram que, com as emendas, renúncias fiscais dobraram e atingiram R\$ 6,6 bilhões

Sem acordo, governo retira a MP do Bem

Em meio a promessas de edição de projeto de lei ou inclusão em medidas provisórias que tramitam no Congresso, para assegurar a continuidade dos benefícios fiscais concedidos na versão original da chamada MP do Bem, o governo derrubou na terça-feira, na fase de votação dos destaques na Câmara, o projeto de lei de conversão (PLV 23) originário da Medida Provisória 252/05.

O inchaço no principal pacote de renúncias fiscais do governo Lula foi apontado pelos líderes governistas na Câmara como a razão que inviabilizou a aprovação da MP 252. Conforme o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), líder do governo, a MP chegou com uma estimativa de perda fiscal de R\$ 3 bilhões e, ao final, na segunda rodada de votação na Câmara, já alcançava mais do que o dobro: R\$ 6,6 bilhões, pelos cálculos que anunciou no Plenário.

A oposição ainda nutria esperança de assegurar os benefícios fiscais do PLV, depois que o Plenário aprovou a última versão do relatório do deputado Custódio Mattos (PSDB-MG). O parecer contrário a três modificações feitas no Senado removia o principal entrave nas negociações com a oposição: a emenda 27.

Só permanecem benefícios previstos no texto original

A oposição chegou a se comprometer a encontrar soluções que evitassem o temido descontrole fiscal. Uma das propostas seria ampliar o prazo de pagamento de dois meses para seis ou oito meses, além de reduzir o teto atual de 60 salários mínimos (R\$ 18 mil) para as pequenas causas, para valores próximos a R\$ 8 mil. Mas essa solução não seduziu o governo, que a essa altura já se articulava para obstruir a votação.

O destaque à Emenda 9, aprovada no Senado, que concedia isenção da cobrança de PIS/Pasep e Cofins na aquisição de maquinário importado ou produzido localmente, usado na fabricação de papel-jornal e de alguns tipos de papel-cartão, serviu de mote aos governistas. Com pedido de votação nominal feito pelo PT e sem quórum (dos necessários 257 votos, apenas 236 se manifestaram), o governo sepultou a última tentativa para

evitar que a MP 252/05 perdesse a sua validade, o que ocorreu na última quinta-feira.

Assim, permanecem apenas os benefícios concedidos pela MP original nos 120 dias de sua vigência. O Congresso tem 60 dias para editar decreto legislativo com a finalidade de disciplinar os atos formalizados nesse período. Se isso não for feito, a Constituição determina que eles sejam regidos pelo que estabeleceu o texto original da MP.

Portanto, só estão garantidos os benefícios para exportadores, empresas de tecnologia, programas de inclusão digital e desenvolvimento regional, entre outros. As articulações, agora, são para assegurar que esses mesmos benefícios continuem existindo e que outros, negociados no Congresso, possam se concretizar – entre eles, a principal contribuição do Senado: a repactuação das dívidas das prefeituras com a Previdência.

REFERENDO

Decisão sobre armas é neste domingo

Na reta final da campanha para orientar a população brasileira sobre o referendo, que decidirá, no dia 23, se será proibida ou não a venda de armas de fogo e munições, o presidente do Senado, Renan Calheiros, que lidera a Frente Parlamentar Brasil Sem Armas, destacou o caráter democrático da votação.

– Este é o maior referendo do planeta. O debate em torno do desarmamento está presente em cada roda de conversas, em todos os lares, na academia, nas ruas, ou seja, em todos os locais. As pesquisas indicam que quase 98% das pessoas conhecem o assunto e têm plena consciência sobre o futuro que desejam para o Brasil, para nossos jovens e para o nosso futuro. O retorno da sociedade me anima a, cada vez mais, propor consultas diretas à população. É uma lição de democracia

para o mundo todo – disse.

Alberto Fraga diz que verdade prevalecerá

O presidente da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, deputado Alberto Fraga (PFL-DF), afirmou que a campanha sobre o referendo no rádio e na televisão está fazendo com que “prevaleça a verdade”, dando chance aos que são contrários à proibição da venda de armas de defenderem sua posição. “Ao contrário da campanha pelo ‘sim’, optamos por uma campanha informativa, que não se pauta por denúncias”, sustentou.

Para reforçar esse argumento, Fraga cita as três liminares do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que suspenderam peças publicitárias da Frente Parlamentar Brasil Sem Armas. “Na semana passada, o TSE

proibiu dois trechos da propaganda do ‘sim’. Um deles dizia que, mesmo com o fim da venda de armas e munição no Brasil, a posse continuaria sendo permitida para habitantes de áreas isoladas”, informou o deputado, acrescentando que a frase foi considerada equivocada.

O outro trecho foi suspenso por ter sido considerado ofensivo à frente que defende o “não”, ao afirmar que essa chegou “ao cúmulo de desrespeitar vítimas de tiros”. Segundo o tribunal, o texto “descamba para a ofensa”.

Alberto Fraga adiantou que pesquisas feitas pelos defensores do “sim” mostram empate técnico entre as duas correntes. “Estamos confiantes nos resultados do referendo, porque pela primeira vez temos espaço para mostrar as razões de nossa opção pelo ‘não’”, afirmou.



Renan Calheiros, da frente pelo “sim”, ressalta caráter democrático



MÁRCIA KALLUME

Alberto Fraga: “Frente da Legítima Defesa não se pauta por denúncias”

Duas correntes se enfrentam na campanha

Desde o dia 1º, a sociedade brasileira vem assistindo, pelo rádio e pela televisão, ao maior debate do país em torno dos riscos e vantagem de se ter uma arma. A Frente Parlamentar Brasil Sem Armas sustenta que, se aprovada a proibição da venda, o resultado direto será a redução do número de homicídios no Brasil. Já a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa garante que a proibição não diminuirá os índices de violência envolvendo arma de fogo.

Responsável pela área de pesquisa sobre controle de armas do Movimento Viva Rio, Josephine Bourgois rebate a afirmação de Alberto Fraga de que os favoráveis ao “sim” teriam pautado a sua campanha na “demonização” dos setores contrários à proibição.

Josephine acusa os responsáveis pela frente do “não” de “estarem fugindo da discussão do assunto para manipular o medo, e de adotarem o discurso da liberdade do cidadão de fazer a sua escolha”. Um dos trunfos da frente do “sim” na reta final da campanha é pesquisa feita no Rio de Janeiro mostrando que milhares de armas de fogo adquiridas em lojas foram parar nas mãos de criminosos.

Opiniões

NÃO

“Para mim, este é o referendo da hipocrisia. Acredito que o Estatuto do Desarmamento é rigoroso e colocou limites para a compra de armas. Caso seja agora aprovada a proibição da venda de armas e munições, o que vai ocorrer é o aumento do contrabando. Isso não vai

resolver o problema. Não tenho armas, mas, se amanhã chegar à conclusão que é necessário ter uma arma para a minha segurança e da minha família, quero ter a opção de comprá-la de forma legal.”

Sandra Carvalho, empresária

SIM

“O tom para firmar a posição pró-desarmamento deveria ser o “não às armas”. Acredito que arma só serve para matar. Seja na mão de quem for, ela é contra a vida. O argumento de que o cidadão de bem, armado, poderá defender sua família é ridículo, porque hoje os bandidos estão equipados com fuzis AR-15, enquanto o cidadão guarda em casa uma arma que nem sabe manusear direito.”

Paulo T. Lorguercio, servidor público

TABACO

Parecer do controle de fumo deve ser apresentado nesta terça

Heráclito Fortes (PFL-PI) deve apresentar nesta terça-feira seu parecer sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco. Ele é o relator, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do projeto de decreto legislativo que trata da matéria. A proposta ainda deve receber pareceres das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a convenção é um tratado internacional de controle do tabagismo que está em vigor desde fevereiro deste ano. O Brasil foi um dos primeiros países a assinar o acordo, em junho de 2003, mas ainda falta a ratificação do Congresso. O prazo para isso se encerra no dia 7 de novembro. Até agora, mais de 70 países já confirmaram seu apoio ao acordo.

Na semana passada, o Senado promoveu a quarta audiência pública sobre o assunto, dessa vez no município baiano de Cruz das Almas, que concentra a produção de tabaco no estado.

O diretor de Política Econômica e Economia Agrícola da Bahia, José Mário Carvalhal de Oliveira, afirmou, no encontro, que 15 mil famílias baianas trabalham dire-

tamente nas atividades primárias relacionadas ao cultivo de tabaco. Já em relação à indústria do setor, há, segundo Oliveira, 4.739 pessoas diretamente empregadas. Ele advertiu que a adoção do acordo pelo país reduziria em 10% o nível de emprego da região.

Mas a analista de programas nacionais do Instituto Nacional de Câncer (Inca) Érica Cavalcanti observa que a indústria do tabaco manipula os agricultores para contestar o tratado. Ela destacou que no Brasil a mão-de-obra da fumicultura é familiar e muito barata.

Por outro lado, a Associação dos Fumicultores do Brasil (AfuBra) argumenta que a indústria do tabaco gera no país cerca de 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos, além de ser fonte de sustento para 236 mil famílias de pequenos agricultores. Entretanto, estudo da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) considerou que os dados exibidos pelo produtores são superestimados.

Carta da ONU pede aprovação de tratado

Em carta enviada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o coordenador-residente da Or-

ganização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Carlos Lopes, enfatizou a necessidade de o país ratificar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Carlos Lopes lembrou que apenas os países que ratificarem o tratado até 7 de novembro terão direito a voto nas decisões sobre apoio técnico e financeiro internacional às políticas de substituição do plantio de fumo.



AfuBra alega que indústria do tabaco gera 2,4 milhões de empregos diretos no país

Heráclito defende criação de alternativas para produtores

Heráclito Fortes, relator na Comissão de Agricultura do texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, disse que os ministros da Saúde, das Relações Exteriores e da Previdência ainda não o procuraram para debater o assunto. O senador alertou que, no próximo dia 7 de novembro, termina o prazo para decidir sobre a ratificação da convenção.

Ele afirmou que, antes de emitir o parecer, faria consultas ao governo sobre a repercussão financeira do tratado – a indústria do cigarro é uma importante fonte de arrecadação de tributos.

Para Heráclito, “não há como acreditar nas promessas de substituição da lavoura de tabaco por outras variedades”. O senador considera fundamental criar “alternativas com regras de transição, porque não se muda de uma hora

para a outra a atividade econômica de gerações que viveram unicamente dessa cultura”.

O assunto também foi comentado em Plenário por Tião Viana (PT-AC), que defendeu a ratificação do tratado. Assim como o Protocolo de Kyoto, para controle da emissão de gases, o senador considera o tratado matéria fundamental para o mundo.

Segundo Viana, que é médico, o uso contínuo do tabaco é associado ao surgimento de vários tipos de câncer. Ele destacou que 80% dos viciados em nicotina desejam abandonar o cigarro e que, anualmente, 200 mil pessoas morrem no país em decorrência do fumo.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou necessário o Brasil apoiar e implantar os mecanismos da Convenção-Quadro, mas ressaltou que o governo deve auxiliar os pequenos produtores a substituir o tabaco por outra cultura.

– A convenção traz mecanismos e regras mais rigorosas para o controle do tabagismo, e acho essencial que isso seja feito – opinou Heloísa, ao informar que 80% da produção brasileira de fumo são destinados à exportação.

PLENÁRIO

Ministro deverá falar sobre febre aftosa

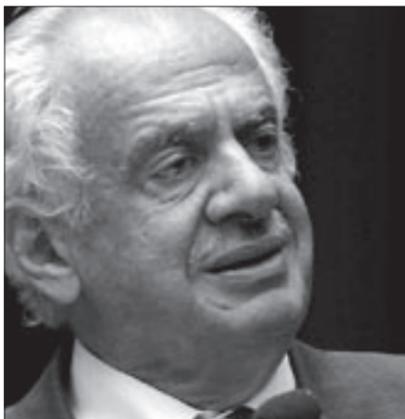
O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou, na sexta-feira, que solicitará a convocação do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para que ele explique na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) quais as providências adotadas para o combate à febre aftosa. O parlamentar disse ainda que estuda uma forma de o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ser responsabilizado criminalmente pelo corte de verbas destinadas ao controle da doença, que voltou a aparecer na semana passada, no município de Eldorado (MS).

A convocação de Roberto Rodrigues será feita por meio de requerimento conjunto a ser as-

sinado por Pedro Simon, Heráclito Fortes (PFL-PI), Paulo Paim (PT-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da CRA. De acordo com Simon, Antonio Palocci também deve ser responsabilizado criminalmente em razão das constantes recusas em comparecer à CRA para debater as ações de controle da febre aftosa pelo governo brasileiro.

– O ministro da Fazenda faz o que bem quer, e as decisões principais são tomadas por subalternos.

A aftosa não tem mais problema, a não ser quando não se tem fiscalização. O mundo não só



Simon será um dos senadores a assinar requerimento para ouvir Rodrigues

suspende a importação de gado do Brasil, como ri e debocha – afirmou Simon.

Senadores lamentam reaparecimento da doença

O reaparecimento de foco de febre aftosa no país repercutiu entre os senadores, que foram ao Plenário lamentar o fato e cobrar “severa punição” para os responsáveis. Para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), os primeiros culpados são os pecuaristas que não fizeram a vacinação de seu gado.

Por sua vez, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) levantou a hipótese de ato criminoso, já que

o surgimento do fato ocorre no exato momento em que o Brasil aumenta suas exportações de carne bovina. Tebet lembrou que o estado possui o maior rebanho do país, calculado em 25 milhões de cabeças.

Já o senador Osmar Dias (PDT-PR), engenheiro agrônomo e ex-secretário de Agricultura do Paraná, afirmou que, apesar de ter errado ao não liberar verbas para os programas de sanidade

animal, o governo federal não pode ser responsabilizado pelo foco de febre aftosa.

– Mesmo com o dinheiro liberado, dificilmente o foco teria sido evitado. O problema é que Mato Grosso do Sul faz divisa com o Paraguai, onde não há controle da febre aftosa. Há que se fazer um programa integrado de controle da doença com os países da América do Sul – defendeu Osmar Dias.

Tião Viana pede prevenção contra gripe asiática

Tião Viana (PT-AC) pediu que o Ministério da Saúde e os órgãos de vigilância sanitária do governo formem um comitê de especialistas para tomar as medidas necessárias de prevenção e controle da gripe asiática, a chamada gripe do frango.

Na análise de especialistas internacionais, segundo o senador, há risco de a epidemia se

transformar em pandemia (que a doença se torne epidêmica e amplamente difundida). Viana sugeriu que a Secretaria de Vigilância Sanitária fique de “prontidão epidemiológica”.

– O vírus hoje vai diretamente das aves para humanos e pode passar a se transmitir de humano para humano. Não há medicamento definido – alertou.

O parlamentar observou que a preocupação com a doença é grande porque o perfil morfológico do vírus é idêntico ao da gripe espanhola, que matou cerca de 60 milhões de pessoas em 1918. Tião Viana afirmou que desde então, a cada 40 anos, em média, o mundo vê o surgimento de pandemias como a da gripe espanhola.

Cristovam Buarque critica governo por não executar obras sociais

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou em Plenário, na sexta-feira, o presidente Lula por não colocar em prática a idéia divulgada durante a campanha eleitoral de que o custo de não executar obras sociais no Brasil é mais alto do que o custo de realizá-las.

O senador se disse espantado por verificar no Sistema Integrado de Administração Financeira

(Siafi) que, na rubrica denominada “Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda”, para a qual estavam destinados R\$ 500 mil, o governo gastou zero.

Cristovam declarou ainda ter ficado chocado com as cifras investidas em habitação de interesse social – programa contemplado com apenas 15% da verba que lhe foi destinada.

Projetos de Alvaro Dias incentivam desenvolvimento de Foz do Iguaçu

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou, na sexta-feira, dois projetos de lei destinados a promover o desenvolvimento da região de Foz do Iguaçu, no Paraná, que ele considera negligenciada pelo poder público.

A primeira proposta cria o Fundo de Recuperação de Foz do Iguaçu, que, avalia, encontra-se sacrificada pelo crescimento da violência e do desemprego.

A partir da criação do fundo, Alvaro Dias considera que será possível formar significativo capital com recursos oriundos do Tesouro Nacional e de dotações governamentais de origem estadual ou municipal.

O segundo projeto cria a Universidade Federal do Iguaçu (UFI), bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Paim avisa que ficará contra o governo no reajuste do mínimo

Paulo Paim (PT-RS) antecipou na sexta-feira que ficará contra o governo em relação ao reajuste do salário mínimo, que deve chegar a R\$ 321 no próximo ano, segundo os critérios incluídos na proposta orçamentária em exame no Congresso. O senador reafirmou sua disposição de defender projeto de sua autoria que fixa o menor

salário pago no país em R\$ 400,40 – em sua avaliação, um valor que pode perfeitamente ser aprovado.

– Não quero saber se o ano é eleitoral. Se [o governo] vier aqui com 321 reais, eu venho para a tribuna e bato contra – afirmou o parlamentar, salientando que tem como demonstrar que é possível pagar mais.

EDUCAÇÃO - Mão Santa (PMDB-PI) pediu que o governo valorize a educação e o professor, “instrumentos de desenvolvimento econômico e, sobretudo, social do Brasil”. Para ele, o ponto inicial de uma campanha como essa é o salário do professor.

BANQUEIROS - Heráclito Fortes (PFL-PI) questionou a mudança na relação entre o presidente Lula e os banqueiros. Antes eles temiam a vitória do petista, mas comemoraram em 2002. Alguma coisa aconteceu e a imprensa deveria “desvendar esse enigma”, disse o senador.

Projetos

Preferência para software livre

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou projeto para alterar a lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), concedendo preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem “software aberto” (PLS 308/05). Por meio de alterações na Lei de Execução Penal, Serys quer ainda fixar a remuneração do trabalho do preso pelas empresas conveniadas (PLS 304/05); alterar o art. 5º da Lei 8.894/94, fixando alíquota mínima para o IOF incidente sobre operações de câmbio (PLS 305/05); e definir o uso da linguagem inclusiva para cargos na administração pública brasileira (PLS 306/05).

Direito de família em juizado

Proposta de ampliar a competência dos juizados especiais cíveis – incluindo separação, divórcio, investigação de paternidade e guarda de filhos, entre outros – foi apresentada (PLS 302/05) pelo senador César Borges (PFL-BA), para quem o Direito de Família deve ter “prestação jurisdicional célere”. Ele também quer limitar a impenhorabilidade dos bens de família a imóveis estimados em valor igual ou inferior a R\$ 40 mil, para evitar que “devedores recorram ao artifício de declarar como bens de família imóveis de elevado valor e a descumprir compromissos” (PLS 303/05).

Fraude em concurso pode ser crime

Os senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Romeu Tuma (PFL-SP) pretendem incluir fraudes em concurso público nos crimes previstos pelo Código Penal. Osmar Dias define essa fraude como a ação de obter ou facilitar aprovação, e de vender, comprar ou transacionar gabarito de prova de concurso (PLS 280/05). Já o projeto (PLS 301/05) de Tuma considera fraude a inclusão de nome em lista de aprovados em qualquer exame de interesse público em andamento.

Direito do usuário de telefonia

Para determinar o desconto proporcional da tarifa no caso de interrupção dos serviços de telecomunicações, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) apresentou proposta (PLS 298/05) em que estabelece a obrigatoriedade de aprovação prévia, pela autoridade concedente e pelo órgão de defesa do consumidor, dos contratos de adesão entre concessionárias de serviços públicos e de telecomunicações e os consumidores.

Limite a empréstimo consignado

É do senador José Maranhão (PMDB-PB) a proposta (PLS 299/05) de tipificar como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa a divulgação de propaganda irregular pelo poder público. O senador Paulo Paim (PT-RS), por sua vez, é o autor do projeto (PLS 300/05) que determina que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não exceda em cinco pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic).

Redução de prazos prescricionais

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou proposta (PLS 307/05) de alterar o Código Penal a ele sugerida pela Associação Nacional dos Procuradores da República. Pela lei atual, são reduzidos à metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos, ou, na data da sentença, maior de 70. Pelo projeto, esses prazos seriam reduzidos em apenas um quarto, minimizando o “injustificável privilégio que implica grave prejuízo social”, de acordo com os argumentos da associação.

Voz do Leitor

MULTAS DE TRÂNSITO

“A legislação é falha para fins de aplicação de multas de trânsito. Por isso mesmo, ninguém deveria ser multado apenas por aparelho eletrônico, sem a devida autuação de um agente policial, e muito menos sem o direito de defesa.”

Agnes Altmann,
de Brasília (DF)

RODOVIAS

“Considero que há falta de respeito, de compromisso e de ética do governo federal em relação às rodovias BR-116 Norte e BR-324, que cruzam a cidade de Feira de Santana. As péssimas condições dessas ‘buracovias’ vêm causando muitos acidentes e mortes e elevando os preços dos produtos.”

Arianderson Oliveira Nascimento,
de Feira de Santana (BA)

ARMAS REGULAMENTADAS

“Caso a campanha pela proibição do comércio de armas seja vitoriosa, como as pessoas que necessitam de armas poderão adquiri-las? Como será a regulamentação da comprovação dessa necessidade? Gostaria de saber e de sugerir que essa questão seja esclarecida antes do referendo.”

Alcimar Viana,
de Belo Horizonte (MG)

ÁGUA

“Achei as sugestões para evitar o desperdício de água publicadas no *Especial Cidadania (Jornal do Senado)* de 12 a 18 de setembro) ótimas para quem se preocupa e quer ajudar. Mas, como somos humanos e nem todos conscientes, sugiro a elaboração de projeto de lei para que seja implantado um controle máximo de

água (um número estipulado de litros por pessoa por mês) nas residências. Se o indivíduo ultrapassar o limite combinado, será cobrada multa significativa.”

Carina Soares,
de Montenegro (RS)

AUXÍLIO AOS ESTUDANTES

“Sugiro aos senadores pernambucanos que intercedam por medidas que possibilitem aos alunos bolsistas do ProUni receberem ajuda de custo para transporte, principalmente os que têm renda familiar de um salário mínimo.”

Givanildo de Lira Souza,
de Paudalho (PE)

FUNDEB

“Com a alteração a ser feita pela proposta de emenda constitucional para substituir o Fundef (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) pelo Fundeb, para a educação básica, os alunos de ensino médio também integrarão o cálculo. Ocorre que os municípios recebem atualmente recursos do Fundef proporcionalmente aos alunos matriculados no ensino fundamental. Como o ensino médio é de responsabilidade dos estados, certamente os municípios receberão menos recursos. Sugiro que seja incluída na proposta a obrigatoriedade de os estados utilizarem os recursos das escolas de ensino médio proporcionalmente ao número de alunos das creches e do ensino fundamental existentes no município onde a escola de ensino médio está localizada.”

Geraldo José Gomes,
de Florianópolis (SC)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

VOTAÇÃO DA PEC 87/03

Werveson Bezerra de Sá, de Colorado do Oeste (RO)

“Por que a demora na votação da PEC 87/03, que altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais (trata da carreira dos servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia)? Esta proposta é de 2003.”

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) responde:

Prezado sr. Werveson, entendo a apreensão da sociedade no tocante à demora, muitas vezes, na tramitação de matérias legislativas no Congresso Nacional. Isso decorre, algumas vezes, é bem verdade, da falta de empenho do conjunto de seus membros em discutir e votar proposição de relevância, que cause grande impacto na sociedade. Entretanto, é preciso deixar claro, Werveson, que mesmo quando existe empenho e prioridade em votar determinado projeto, uma certa demora é natural, em razão do processo e natureza da atividade legislativa. Projetos de lei têm tramitação mais rápida, enquanto proposta de emenda à Constituição (PEC) tem um ritmo diferenciado. A PEC 87 foi apresentada no primeiro ano de meu mandato, em 2003, e depois de tramitar em comissões necessárias, ser discutida em Plenário, em 30 de agosto deste ano foi aprovada em primeiro turno. Como toda PEC, precisa ser votada em segundo turno – esta é uma das regras diferenciadas, dentre as proposições –, o que está prestes a acontecer. Ela está na ordem do dia, mas como a pauta está sobrestada em função da entrada de medidas provisórias, a PEC não entrou em votação. Está pronta para isso, após ter sido colocada para discussão em Plenário durante três sessões – outra regra própria da PEC. Meu mandato considera que a PEC 87 teve tramitação, desde que apresentada, de ritmo satisfatório, não havendo muita demora, em razão da articulação parlamentar, feita inclusive com interlocução permanente junto aos sindicatos de Rondônia. Em média, uma PEC demora de cinco a seis anos. Tenho a confiança, Werveson, de que aprovaremos em segundo turno a PEC 87 ainda neste mês de outubro, enviando-a para a Câmara dos Deputados, onde obedecerá ao ritmo do regimento daquela Casa. Isso requer mais algum tempo para sua apreciação pelos deputados em Plenário. Estaremos atentos, é claro, para que a deliberação da PEC ocorra o mais rápido possível.

**DÍVIDA EXTERNA**

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

“Senador Arthur Virgílio, qual a razão de não se fazer sindicância da dívida externa do país, uma vez que não há impedimento jurídico?”

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:

Não me parece que a sindicância seja necessária. A dívida está regulada por contratos que não fogem dos padrões internacionais. O próprio PT, que na oposição vivia fazendo acusações e levantando suspeitas sobre o endividamento externo, no governo, confrontado com a realidade, não encontrou motivos para realizar nenhuma auditoria, e com o FMI mantém até um bom relacionamento.



Frases

“Tinha gente de todo lugar no pagode do Vavá”

Demostenes Torres, citando letra do compositor e cantor Paulinho da Viola para criticar o irmão do presidente Lula, Genival Lula da Silva, o Vavá, que teria montado escritório de intermediação, segundo a revista *Veja*.

“Não sabíamos o que estávamos votando. O governo manobrou na última hora. Íamos retirar um direito adquirido dos aposentados e vender gato por lebre. Em vez da MP do Bem, íamos aprovar a MP do Mal”

José Agripino, que comemorou o fato de a MP do Bem, já aprovada pelo Senado, ter perdido a eficácia pela não deliberação da Câmara, na terça-feira.

“Lula, Ph.D. em fazer greve, não sabe como acabar com a manifestação”

Mão Santa, em apelo para que o ministro da Educação, Fernando Haddad, receba representantes de professores universitários, em greve há mais de 20 dias.

“A aftosa não tem mais problema, a não ser quando não se tem fiscalização. O mundo não só suspende a importação de gado do Brasil, como ri e debocha”

Pedro Simon, ao solicitar que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, dê explicações sobre a febre aftosa em Mato Grosso do Sul.

“Uma palavra vale uma moeda. O silêncio vale duas”

Najun Turner, doleiro, negando-se a detalhar empréstimo para um político, ao responder a Osmar Serraglio, relator da CPI dos Correios.

“O que Santa Catarina tem a ver com esse bandido? Gastam recursos, transferindo-o de lá para cá, como se fosse um turista”

Leonel Pavan, sobre a transferência do traficante Fernandinho Beira-Mar para Santa Catarina.

“O presidente não deve colocar nas costas da oposição a responsabilidade da urucubaca”

Heráclito Fortes, ao apontar “urucubaca no governo”, citando a morte do médico-legista Carlos Printes, que descobriu sinais de tortura no corpo do prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel, e o surto de febre aftosa em Mato Grosso do Sul.

Foto da Semana

Alunos de escolas do Distrito Federal lotaram o Plenário do Senado na sessão especial promovida na terça-feira para celebrar os dias da Criança e do Professor. Na ocasião, foi lançado o Manifesto dos Senadores pela Educação, documento assinado por todos os parlamentares da Casa, que convoca a sociedade civil a firmar um pacto pela educação pública, universal e de qualidade



CÉLIO AZEVEDO

Inclusão em saúde mental dá prêmio

A jornalista Solange Sotelo Pinheiro Calmon, da TV Senado, recebeu na última quinta-feira em Belo Horizonte menção honrosa na categoria Meios de Comunicação do prêmio Inclusão Social em Saúde Mental, promovido pela Associação Brasileira de Psiquiatria e pelo Laboratório Lilly do Brasil.

Solange foi premiada pelo trabalho *Inclusão - Saúde Mental*, produzido e transmitido pela TV Senado.

As reportagens exibidas no programa contam a história de brasileiros que lutam por justiça social e abrangem temas como o papel exercido pelos psiquiatras brasileiros na reforma psiquiátrica e o tratamento domiciliar dos doentes.

Surpresa com o prêmio, a jornalista considera fundamental que a TV Senado produza programas que mostrem a realidade do Brasil e atuem como verdadeiro serviço de utilidade pública.

Na sua opinião, a emissora deve aproximar o trabalho legislativo da realidade da população.



Solange Calmon, da TV Senado, recebe a menção honrosa em Minas Gerais

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil
22h30 - Especiais
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
20h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Ponte entre Povos e acessibilidade na programação

O espetáculo *Ponte entre Povos* é o destaque da TV Senado, que apresenta o especial na sexta-feira, às 22h30, com reprises no sábado às 21h30 e no domingo às 15h30. O *show* reúne estudantes de música erudita, índios do Amapá e a Camerata Atheneum, de São Paulo, com direção e cenografia de Walter Neiva.

Na Rádio Senado, o destaque é a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência promovida pela Presidência da Casa, que estará em debate no *Conexão Senado* (segunda, 12h).

O ouvinte pode participar com perguntas pelo telefone (61) 3311-1261 ou e-mail conexao@senado.gov.br.

Já o *Música do Brasil* (sábado, 16h) apresenta a bossa nova de Dóris Monteiro e Miltoninho.

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
13h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Imprescindível relato de cinco séculos do Brasil

ALEXANDRE GUIMARÃES

500 Anos de História do Brasil, do historiador Olavo Leonel Ferreira, não é um livro de história descritiva do nosso país, mas obra de referência cronológica detalhada dos cinco séculos, desde a chegada do navegador espanhol Vicente Pinzón à foz do rio Amazonas, em 26 de janeiro de 1500, até a realização da 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes (MG), de 21 a 29 de janeiro de 2000.

Pode ser considerada obra única e imprescindível, que não se detém apenas na cronologia e é, em muitos casos, enriquecida por documentos de época. Assim, pode-se ler, por exemplo,

que em 1661 “deu-se início, no Rio de Janeiro, à construção do galeão que recebeu o nome de *Padre Eterno* na ilha do Governador, no local mais tarde denominado Ponta do Galeão”. Logo em seguida, lê-se trecho de notícia publicada em novembro de 1665 no jornal *Mercúrio Português*, intitulada “*O Padre Eterno*, o maior navio do mundo, chega a Lisboa”.

Destacam-se ainda a linguagem simples e a organização dos dados. Ano a ano, o livro dá realce às principais informações da história brasileira. Os dados são reunidos sob aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Outro ponto a destacar é a surpreendente bibliografia consultada. O trabalho de pesquisa do historiador permite que o leitor tenha conhecimento acurado dos fatos marcantes da nossa história.

Apesar de se poder identificar como público-alvo historiadores, pesquisadores, jornalistas ou estudantes, *500 Anos de História do Brasil*, volume 57 das Edições do Senado Federal, é imprescindível a todos aqueles que necessitem de informações confiáveis e precisas sobre a história do Brasil.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *500 Anos de História do Brasil*, volume 57 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 30 no site www.senado.gov.br. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Senado doa livros em braile em Pernambuco

O Senado entregou na semana passada, durante a realização da 5ª Bienal Internacional do Livro de Pernambuco, exemplares em braile da Constituição do Estado de Pernambuco, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor a entidades que atendem a pessoas portadoras de deficiência visual no Recife.

Foram contemplados o Ins-

tituto dos Cegos, a Associação Pernambucana de Cegos e o setor de braile da Biblioteca Pública de Pernambuco.

O diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Pedrosa, informou que, até o fim do ano, a Seep receberá duas impressoras profissionais de livros em braile, o que permitirá ampliar a produção de títulos na linguagem dos cegos.

Pedrosa lembrou que o Senado

realizará, desta segunda-feira até o dia 23 de outubro, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que debaterá as formas de oferecer plena cidadania aos portadores de deficiência.

O Senado está desenvolvendo um projeto para que sua página na Internet possa ser acessada também por deficientes visuais. Por meio do sistema Dosvox, o usuário poderá ouvir os textos disponíveis no site.



Crianças assistem à apresentação durante a bienal: mamulengo educativo e com sabor regional

Senado anima Dia da Criança com mamulengo

Gritos, gargalhadas, aplausos e sorrisos vêm marcando as apresentações do espetáculo de mamulengo *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, que o Senado levou para a 5ª Bienal de Pernambuco, encerrada domingo. No Dia da Criança, a sessão foi dupla: pela manhã no Espaço Pedagógico e, à tarde, no próprio estande do Senado.

A peça encenada conta a história de Tião, um desempregado que se apaixona pela filha de um importante “coronel” nordestino. Apesar de seu amor ser correspondido, o casamento é improvável, pois o pai da noiva é contra a união. As circunstâncias levam o velho a mudar de idéia ao final do espetáculo.

Autor da peça, o funcionário do Senado Josias Wanzeller da

Silva, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, é o responsável pela manipulação dos bonecos. Um dos momentos do espetáculo que causa maior comoção no público é a aparição de uma cobra que vai engolindo os personagens. As crianças gritam, algumas sentem medo, outras tentam avisar os bonecos da peça para que eles consigam escapar da bocarra do réptil.

Conheça o Senado

Primeiro mandato de senadora só foi assumido em 1979

Apenas metade das 28 senadoras que, até hoje, assumiram seus mandatos foi eleita pelo voto popular. Apesar de o Brasil ter sido o quarto país no mundo a garantir às mulheres o direito de votar e ser votada, em 1932, somente em 1979 uma mulher ocupou uma cadeira no Senado, à época na posição de suplente.

Eunice Michilles, do PDS do Amazonas, assumiu a vaga do senador João Bosco, morto no início do mandato. Ela representou o estado de maio de 1979 a janeiro de 1987.

As primeiras senadoras eleitas foram Júnia Marise (PRN-MG) e Marluce Pinto (PMDB-RR), em 1990. Júnia atuou até fevereiro de 1999. No seu primeiro mandato, Marluce só pôde ser eleita para quatro anos, em virtude de ter sido o primeiro pleito da representação do estado de Roraima, antes território.

Marluce também foi a primeira senadora a ser reeleita, tendo atuado de 1995 a 2003. Também se reelegeu, pelo Acre, a senadora licenciada Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente, mas nesse caso após

ter cumprido mandato de oito anos (1995 a 2003). Seu segundo mandato compreende o período 2003-2011.

Heloísa Helena, eleita em 1998 pelo PT de Alagoas, foi a senadora com o maior percentual de votos válidos: 52,92%. Expulsa do PT por contrariar posições da legenda, Heloísa fundou o PSOL, de que é presidente nacional.

A menor permanência no Senado foi da senadora Maria Benigna Jucá (PSB-AP), que substituiu o senador Sebastião Rocha no recesso parlamentar entre 24 e 31 de janeiro de 2003.



Inauguração da galeria em homenagem às senadoras: direitos políticos são de 1932, mas primeira mulher se elegeu em 1990

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade e Suely Bastos
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cintia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Sylvio Guedes
Especial Cidadania: Juliana Steck (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas Dantas de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Atitudes que levam à inclusão social

As pessoas com deficiência ainda são discriminadas e excluídas socialmente. Não só porque ruas, construções, serviços ou produtos são feitos sem levar em consideração necessidades e diferenças entre os usuários, mas porque mitos e preconceitos ainda

existem, dificultando os relacionamentos e a inclusão das pessoas.

A construção de uma sociedade mais igualitária requer a definição de políticas, planos e ações governamentais e civis de valorização do próximo, assim como atitudes de respeito ao próximo.

Neste *Especial Cidadania*, dicas e orientações básicas para a inclusão de pessoas com deficiência, que constam da cartilha *Acessibilidade: Passaporte para a Cidadania das Pessoas com Deficiência*. A publicação foi elaborada pela Comissão de Acessibilidade, criada por iniciativa

do senador Flávio Arns (PT-PR), com a finalidade de promover estudos, propostas e ações para tornar o Senado acessível a todas as pessoas. A cartilha será lançada na abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência (*leia mais na pág. 9*), e será distribuída aos visitantes.

Dicas e orientações para interagir com pessoas com deficiência

Pessoas que usam muletas ou cadeira de rodas

- ▶ Pergunte se a pessoa necessita de ajuda e de que forma você pode ajudá-la.
- ▶ Ao caminhar com uma pessoa que usa muletas, respeite o ritmo de seu andar e mantenha-se próximo, porém fora do caminho. No ônibus, posicione-se atrás da pessoa para subir e na sua frente para descer as escadas. Ao guardar as muletas, procure deixá-las ao alcance de seu usuário.
- ▶ A cadeira de rodas é percebida pelo usuário como extensão de seu corpo. Evite apoiar-se na cadeira para não

dificultar os movimentos.

- ▶ Ao conversar com uma pessoa na cadeira de rodas, sente-se de modo a ficar na mesma altura do seu olhar.
- ▶ Não use as vagas de automóveis destinadas às pessoas com deficiência física. Ao estacionar ao lado de uma vaga reservada, deixe espaço suficiente para que a porta do outro automóvel possa ser aberta. Não estacione em frente a rampas ou em locais reservados para portadores de deficiência.

Pessoas que têm paralisia cerebral

- ▶ A pessoa com paralisia cerebral apresenta movimentos desordenados e involuntários do corpo, membros e face, tem dificuldade de articulação da fala. A paralisia não compromete as funções cognitivas. Por isso, não se deve confundir com deficiência mental. Caso não compreenda a mensagem, tenha paciência e peça para que ela seja repetida.

Pessoas com deficiência auditiva

- ▶ Há vários níveis e tipos de perda auditiva, que pode

variado de leve a profunda. Dependendo do tipo, a pessoa pode utilizar aparelho auditivo ou realizar implante coclear. Alguns deficientes aprenderam a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e outros desenvolveram a fala.

- ▶ Ao falar com uma pessoa surda, busque o contato visual, fazendo com que ela olhe para você. Fale em velocidade normal, para facilitar a leitura labial. Não grite, a não ser que lhe peçam para levantar a voz.
- ▶ Dirija-se sempre à pessoa surda, mesmo quando ela estiver com um intérprete.
- ▶ Use expressão facial e corporal para demonstrar seus sentimentos (sem exageros). A pessoa surda não percebe mudanças de tom ou de emoção na voz.
- ▶ Em eventos, providencie avisos visuais e um intérprete na Língua Brasileira de Sinais. Se for exibir filme ou programa televisivo, ofereça tradução ou legenda, ou providencie um roteiro para facilitar a compreensão.

Pessoas com deficiência visual

- ▶ As pessoas cegas necessitam de equipamentos e apoios para sua efetiva inclusão. Usam o sistema braile para leitura e escrita, o *soroban* para o aprendizado de números e cálculos, a bengala para locomoção e o cão-guia



LUIS PIRES

Atletas paraolímpicos como Fabiana Sugimori, campeã de natação, demonstram a superação dos limites da deficiência

para orientação e mobilidade.

- ▶ Ao guiar uma pessoa cega, nunca a puxe pelo braço ou pela bengala. Fique à sua frente e ofereça o seu braço. O movimento do corpo proporcionará orientação e segurança. Ao guiá-la, alerte-a antecipadamente sobre obstáculos como poças de água, buracos, bueiros etc.
- ▶ Se estiver conversando, avise caso precise se afastar, pois a pessoa pode continuar falando sozinha.
- ▶ Direcione as mãos da pessoa cega no sentido do encosto do assento ao ajudá-la a sentar-se, e avise se a cadeira possui ou não braços para que ela possa se orientar.

Pessoas com deficiência mental

- ▶ Trate-as como as demais pessoas e jamais as subestime. Sempre enalteça suas capacidades e possibilidades.
- ▶ Facilite a participação e a cooperação de pessoas com deficiência em diferentes situações. Evite comparações.

- ▶ Favoreça seu desenvolvimento físico, social e mental, aceitando-a no meio. Propicie oportunidades de participação em atividades rotineiras. Ouça com paciência quem tem comprometimento da fala e não complete as frases por ela. Permita que a pessoa se sinta à vontade para exercitar a comunicação.

Considerações comuns a todas as deficiências

- ▶ Converse sobre as causas, dificuldades, preconceitos, necessidades e possibilidades das pessoas com deficiências.
- ▶ Ajude a família que tenha um membro com deficiência a encontrar programas de saúde e de reabilitação.
- ▶ A escola contribui de forma decisiva para o desenvolvimento e inclusão de pessoas com deficiência.
- ▶ Possibilite a participação da pessoa com deficiência nas atividades comunitárias pelas quais ela tenha preferência.



Transporte coletivo adaptado facilita a inclusão do usuário de cadeira de rodas

CAMILA LEÃO/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PERNAMBUCO

Informações

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde)

Responsável pela gestão de políticas voltadas para integração da pessoa com deficiência, em defesa dos direitos e da promoção da cidadania
Esplanada dos Ministérios, Bl. T, Anexo II, Sala 210
70064-900 - Brasília (DF)
(61) 3429-3683 / www.presidencia.gov.br/sedh/corde

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade)

Acompanha e avalia o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Recebe denúncias e orienta na formação dos conselhos estaduais e municipais
Esplanada dos Ministérios, Bl. T, Anexo II, Sala 211

70064-900 - Brasília (DF)
(61) 3429-9219
www.presidencia.gov.br/sedh

Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência do Senado

0800 61-2211
www.senado.gov.br

Comissão de Acessibilidade do Senado Federal

acessibilidade@senado.gov.br

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Atua na defesa dos direitos constitucionais do cidadão. O manual *O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino* está disponível no endereço www.pgr.mpf.gov.br/pgr/pfdc/publicacoes/cartilha_inclusao_deficientes.pdf
SAF Sul, Quadra 4, Conj. C
70050-500 - Brasília (DF)

(61) 3031-6000
www.pgr.mpf.gov.br

Ministério dos Transportes

Informações sobre o passe livre: Caixa Postal 9800
70001-970 - Brasília (DF)
(61) 3315-8035
www.transportes.gov.br

Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade da Unicamp

(19) 3788-5586
www.fae.unicamp.br/leped

Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (IBDD)

(21) 2557-6990
www.ibdd.org.br

Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD)

(11) 5576-0777. Marcação de consultas: 0800 144577
www.aacd.org.br

Federação Nacional das Apaes

(61) 3224-9922
www.apaebrazil.org.br

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Oferece em seu site o manual *O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência* (11) 3897-2400
www.ethos.org.br

Instituto Benjamin Constant

(21) 2543-1180 e 2295-4498
www.ibcnet.org.br

Rede Saci - Informações sobre deficiência e inclusão social

(11) 3091-4155 / www.saci.org.br
Entre Amigos - Notícias, fórum e banco de dados (11) 5082-3501 / www.entreamigos.com.br

Escola de Gente - Promove oficinas inclusivas e edita o *Manual da Mídia Legal* (21) 2493-7610

www.escoladegente.org.br

Acessibilidade - Site português com programas para facilitar o acesso digital aos portadores de deficiência
www.acessibilidade.net

Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência (Cedipod)
www.cedipod.org.br

ONG Acessibilidade Brasil
(21) 2232-1848
www.acessobrasil.org.br

Instituto Brasil Acessível
(11) 5533-8786
www.brasilacessivel.org.br

Centro de Engenharia de Reabilitação em Tecnologias de Informação e Comunicação
www.acessibilidade.net

Ação Brasileira para a Acessibilidade (Abra)
www.acessibilidade.org.br